

Jornal Oficial

da União Europeia

C 176

48.º ano

Edição em língua
portuguesa

Comunicações e Informações

16 de Julho de 2005

<u>Número de informação</u>	<u>Índice</u>	<u>Página</u>
	I Comunicações	
	Conselho	
2005/C 176/01	Lista das nomeações efectuadas pelo Conselho meses de: Abril, Maio e Junho de 2005 (área social)	1
	Comissão	
2005/C 176/02	Taxas de câmbio do euro	5
2005/C 176/03	Informações comunicadas pelos Estados-Membros relativas a auxílios estatais concedidos nos termos do Regulamento (CE) n.º 68/2001 da Comissão, de 12 de Janeiro de 2001, relativo à aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE aos auxílios à formação ⁽¹⁾	6
2005/C 176/04	Autorização de auxílios concedidos pelos Estados no âmbito das disposições dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE — A respeito dos quais a Comissão não levanta objecções ⁽¹⁾	11
2005/C 176/05	Auxílios estatais — Grécia — Auxílio estatal C 20/2005 (ex NN 70/2004) — Auxílios às empresas dos departamentos de Florina e Kolkis (despacho ministerial n.º 66336/B.1398, de 14 de Setembro de 1993, e suas alterações) — Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE	13
2005/C 176/06	Comunicação do Governo Dinamarquês relativa a um convite à apresentação de pedidos de autorizações de pesquisa e produção de hidrocarbonetos numa área do Mar do Norte — Sexta ronda dinamarquesa ⁽¹⁾	23
2005/C 176/07	Não oposição a uma concentração notificada (Processo n.º COMP/M.3840 — CVC/Cortefiel) ⁽¹⁾	24
	II Actos preparatórios	
		

PT

III *Informações***Comissão**

2005/C 176/08	«Política dos consumidores»	25
2005/C 176/09	Anúncio de concurso permanente para a determinação de direitos niveladores e/ou de restituições à exportação de açúcar branco (n.º 1/2005)	26

I

(Comunicações)

CONSELHO

Lista das nomeações efectuadas pelo Conselho
meses de: Abril, Maio e Junho de 2005 (área social)

(2005/C 176/01)

Comité	Fim do mandato	Publicação no JO	Pessoa substituída	Renúncia/ Nomeação	Membro/ Efectivo/ Suplente	Categoria	País	Pessoa nomeada	Organismo	Data da decisão do Conselho
Comité Consultivo para a Livre Circulação dos Trabalhadores	6.5.2006	C 12 de 18.1.2005	Pontus RING-BORG	Renúncia	Efectivo	Governo	Suécia	Anna SANTESSON	Arbetsmarknadsnadsstyrelsen	12.4.2005
Comité Consultivo para a Livre Circulação dos Trabalhadores	6.5.2006	C 12 de 18.1.2005	Linnéa ARVIUS	Renúncia	Suplente	Governo	Suécia	Samuel ENGBLOM	Arbetsmarknadsstyrelsen	12.4.2005
Comité Consultivo para a Livre Circulação dos Trabalhadores	6.5.2006	C 12 de 18.1.2005	V.K. HOEL	Renúncia	Efectivo	Governo	Países-Baixos	Jan J. VERBOOM	Ministerie van Sociale Zaken en Werkgelegenheid	25.4.2005
Comité Consultivo para a Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes	22.9.2006	C 12 de 18.1.2005	Albrecht OTTING	Renúncia	Efectivo	Governo	Alemanha	RD Bruno BARTH	Bundesministerium für Gesundheit und Soziale Sicherung	10.5.2005
Comité Consultivo para a Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes	22.9.2006	C 12 de 18.1.2005	Daina FROM-HOLDE	Renúncia	Efectivo	Governo	Letónia	Jana MUIŽNIECE	Ministry of Welfare	12.4.2005

Comité	Fim do mandato	Publicação no JO	Pessoa substituída	Renúncia/ Nomeação	Membro/ Efectivo/ Suplente	Categoria	País	Pessoa nomeada	Organismo	Data da decisão do Conselho
Comité Consultivo para a Segurança Social dos Trabalha- dores Migrantes	22.9.2006	C 12 de 18.1.2005	Andrzej JANKOWSKI	Renúncia	Efectivo	Empregadores	Polónia	Michał GAWRYSZCZAK	Biuro Konfede- racji Praco- dawców	12.4.2005
Comité Consultivo para a Segurança e a Saúde no Local de Trabalho	31.12.2006	C 321 de 31.12.2003, C 116 de 30.4.2004, C 122 de 30.4.2004	Pat DONNELLAN	Renúncia	Suplente	Governo	Irlanda	Tom BEEGAN	Health and Safety Authority	25.4.2005
Comité Consultivo para a Segurança e a Saúde no Local de Trabalho	31.12.2006	C 321 de 31.12.2003, C 116 de 30.4.2004, C 122 de 30.4.2004	H.V.V. SCHRAMA	Renúncia	Suplente	Governo	Países-Baixos	Martin G. DEN HELD	Ministerie van Sociale Zaken en Werkgelegenheid	25.4.2005
Comité Consultivo para a Segurança e a Saúde no Local de Trabalho	31.12.2006	C 321 de 31.12.2003, C 116 de 30.4.2004, C 122 de 30.4.2004	C.L.M. THIJSSEN	Renúncia	Suplente	Governo	Países-Baixos	Harrie C.J. GOUDSMIT	Ministerie van Sociale Zaken en Werkgelegenheid	25.4.2005
Comité Consultivo para a Segurança e a Saúde no Local de Trabalho	31.12.2006	C 321 de 31.12.2003, C 116 de 30.4.2004, C 122 de 30.4.2004	Ingrid REIFINGER	Renúncia	Suplente	Trabalhadores	Áustria	Susanne MAURER	Österreichischer Gewerkschafts- bund Referat Humanisierung, Technologie und Umwelt	25.4.2005
Comité Consultivo para a Segurança e a Saúde no Local de Trabalho	31.12.2006	C 321 de 31.12.2003, C 116 de 30.4.2004, C 122 de 30.4.2004	Peter BROWN	Renúncia	Suplente	Governo	Reino Unido	Gwyneth DEAKINS	Cross Cutting Interventions Division Health and Safety Executive	25.4.2005
Comité Consultivo para a Segurança e a Saúde no Local de Trabalho	31.12.2006	C 321 de 31.12.2003, C 116 de 30.4.2004, C 122 de 30.4.2004	Richard CHURCH	Renúncia	Suplente	Governo	Reino Unido	Amy SADRO	Better Regulation and International Branch Health and Safety Executive	25.4.2005
Comité Consultivo para a Segurança e a Saúde no Local de Trabalho	31.12.2006	C 321 de 31.12.2003, C 116 de 30.4.2004, C 122 de 30.4.2004	Owen TUDOR	Renúncia	Suplente	Trabalhadores	Reino Unido	Hugh ROBERTSON	Senior Policy Officer Health and Safety Trades Union Congress	25.4.2005

Comité	Fim do mandato	Publicação no JO	Pessoa substituída	Renúncia/ Nomeação	Membro/ Efectivo/ Suplente	Categoria	País	Pessoa nomeada	Organismo	Data da decisão do Conselho
Comité Consultivo para a Segurança e a Saúde no Local de Trabalho	31.12.2006	C 321 de 31.12.2003, C 116 de 30.4.2004, C 122 de 30.4.2004	Franz DENGL	Renúncia	Suplente	Empregadores	Áustria	Alexandra SCHÖN- GRUNDNER	Industriellenve- reinigung	10.5.2005
Comité Consultivo para a Segurança e a Saúde no Local de Trabalho	31.12.2006	C 321 de 31.12.2003, C 116 de 30.4.2004, C 122 de 30.4.2004	Gwyneth DEAKINS	Renúncia	Suplente	Governo	Reino Unido	Elizabeth HODKINSON	Cutting Interventions Division Health and Safety Executive	10.5.2005
Comité Consultivo para a Segurança e a Saúde no Local de Trabalho	31.12.2006	C 321 de 31.12.2003, C 116 de 30.4.2004, C 122 de 30.4.2004	Petros PETROU	Renúncia	Efectivo	Empregadores	Chipre	Christina VASILA	OEB	10.5.2005
Conselho Directivo do Centro Europeu para o Desenvolvi- mento da Formação Profissional	5.3.2006	C 64 de 18.3.2003, C 116 de 30.4.2004	Alfons DE VADDER	Renúncia	Membro	Empregadores	Bélgica	Jan DELFOSSE	FEDIS	10.5.2005
Conselho Directivo do Centro Europeu para o Desenvolvi- mento da Formação Profissional	5.3.2006	C 64 de 18.3.2003, C 116 de 30.4.2004	Nico HOFFMAN	Renúncia	Membro	Trabalhadores	Luxemburgo	Renata SANTINI	IFES/CGT-L	10.5.2005
Conselho Directivo do Centro Europeu para o Desenvolvi- mento da Formação Profissional	5.3.2006	C 64 de 18.3.2003, C 116 de 30.4.2004	Margaret MURRAY	Renúncia	Membro	Empregadores	Reino Unido	Neil BENTLEY	CBI	23.5.2005
Conselho de Admi- nistração da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho	18.10.2007	C 317 de 22.12.2004	Gintare MISKI- NYTE	Renúncia	Suplente	Empregadores	Lituânia	Marija ZOKAITE	Legal Depart- ment of Lithua- nian Confedera- tion of Indestria- lists	10.5.2005
Conselho de Admi- nistração da Agência Europeia para a Segu- rança e a Saúde no Trabalho	2.6.2005	C 161 de 5.7.2002, C 116 de 30.4.2004	Franco GIUSTI	Renúncia	Efectivo	Empregadores	Itália	Luigi CASANO	Confindestria	25.4.2005

Comité	Fim do mandato	Publicação no JO	Pessoa substituída	Renúncia/ Nomeação	Membro/ Efectivo/ Suplente	Categoria	País	Pessoa nomeada	Organismo	Data da decisão do Conselho
Conselho de Administração da Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho	2.6.2005	C 161 de 5.7.2002, C 116 de 30.4.2004	N.E.J. KUYPER	Renúncia	Suplente	Governo	Países-Baixos	Martin G. DEN HELD	Ministerie van Sociale Zaken en Werkgelegenheid	25.4.2005
Conselho de Administração da Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho	2.6.2005	C 161 de 5.7.2002, C 116 de 30.4.2004	Milan ONDAŠ	Renúncia	Efectivo	Empregadores	Eslováquia	Miroslav KIRAL'VARGA	Republic Union of Employers	25.4.2005
Conselho de Administração da Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho	2.6.2005	C 161 de 5.7.2002, C 116 de 30.4.2004	Mel DRAPER	Renúncia	Efectivo	Governo	Reino Unido	Gwyneth DEAKINS	Cross Cutting Interventions Division Health and Safety	25.4.2005
Conselho de Administração da Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho	2.6.2005	C 161 de 5.7.2002, C 116 de 30.4.2004	Tony LORD	Renúncia	Suplente	Governo	Reino Unido	Malcolm DARVILL	Better Regulation and International Branch Health and Safety Executive	25.4.2005
Conselho de Administração da Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho	2.6.2005	C 161 de 5.7.2002, C 116 de 30.4.2004	Owen TUDOR	Renúncia	Efectivo	Trabalhadores	Reino Unido	Hugh ROBERTSON	Trades Union Congress	25.4.2005

COMISSÃO

Taxas de câmbio do euro ⁽¹⁾

15 de Julho de 2005

(2005/C 176/02)

1 euro =

Moeda			Moeda		
Taxas de câmbio			Taxas de câmbio		
USD	dólar americano	1,2073	SIT	tolar	239,46
JPY	iene	135,35	SKK	coroa eslovaca	39,140
DKK	coroa dinamarquesa	7,4596	TRY	lira turca	1,6078
GBP	libra esterlina	0,68620	AUD	dólar australiano	1,6087
SEK	coroa sueca	9,4148	CAD	dólar canadiano	1,4651
CHF	franco suíço	1,5594	HKD	dólar de Hong Kong	9,3848
ISK	coroa islandesa	78,54	NZD	dólar neozelandês	1,7907
NOK	coroa norueguesa	7,9695	SGD	dólar de Singapura	2,0350
BGN	lev	1,9559	KRW	won sul-coreano	1 258,61
CYP	libra cipriota	0,5738	ZAR	rand	7,9892
CZK	coroa checa	30,241	CNY	yuan-renminbi chinês	9,9873
EEK	coroa estoniana	15,6466	HRK	kuna croata	7,3100
HUF	forint	246,66	IDR	rupia indonésia	11 795,32
LTL	litas	3,4528	MYR	ringgit malaio	4,586
LVL	lats	0,6960	PHP	peso filipino	67,428
MTL	lira maltesa	0,4293	RUB	rublo russo	34,6050
PLN	zloti	4,1355	THB	baht tailandês	50,428
RON	leu	3,5659			

(¹) Fonte: Taxas de câmbio de referência publicadas pelo Banco Central Europeu.

Informações comunicadas pelos Estados-Membros relativas a auxílios estatais concedidos nos termos do Regulamento (CE) n.º 68/2001 da Comissão, de 12 de Janeiro de 2001, relativo à aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE aos auxílios à formação

(2005/C 176/03)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Número do auxílio	XT 6/04		
Estado-Membro	Alemanha		
Região	Land da Saxónia		
Denominação do regime de auxílios ou nome da empresa que recebe o auxílio individual	Regime de auxílios para promover a formação, orientada para as empresas, de desempregados financiado pelo Fundo Social Europeu e pelo Land da Saxónia («Projectos de formação orientados para as empresas destinados aos desempregados»)		
Base jurídica	— Richtlinie des Sächsischen Staatsministeriums für Wirtschaft und Arbeit für die Förderung von aus dem Europäischen Sozialfonds mitfinanzierten Projekten/ Teil II A (in der Fassung vom 12. Juli 2001, veröffentlicht im Sächsischen Amtsblatt Nr. 31/2001 vom 02. August 2001, der KOM vorgelegt im August 2001, überarbeitete Fassung im Entwurf vom Februar 2004, Anlage 2) — Operationelles Programm (OP) zur Strukturfondsförderung des Freistaates Sachsen 2000 bis 2006 (CCI-Nr. 1999 DE 16 1 PO 006 genehmigt durch KOM am 12.12.2000, zuletzt geändert mit Entscheidung K(2002) 3511 vom 28.10.2002) — Sächsische Haushaltsordnung § § 23 und 44 (in der Fassung von 10 April 2001, veröffentlicht im Sächsischen Gesetz- und Verordnungsblatt Nr. 5 vom 18. Mai 2001, http://www.recht-sachsen.de/Gb11.htm)		
Despesas anuais previstas no âmbito do regime ou montante total do auxílio individual concedido à empresa	Regime de auxílios	Montante total anual	até 16 milhões de euros
		Empréstimos garantidos	
	Auxílio individual	Montante total do auxílio	
		Empréstimos garantidos	
Intensidade máxima dos auxílios	Em conformidade com os n.ºs 2 a 6 do artigo 4.º do Regulamento	Sim	
Data de execução	A partir de 19.12.2004		
Duração do regime ou concessão do auxílio individual	até 31.12.2006 (autorização e início do projecto) até 31.12.2008 (pagamento)		
Objectivo do auxílio	Formação geral		Sim
	Formação específica		Sim
Sector(es) económico(s) em questão	Todos os sectores elegíveis para auxílios à formação		Sim
	Limitado a sectores específicos		Não
	— Agricultura		
	— Pescas e aquicultura		
	— Carvão		

	— Todas as indústrias transformadoras	
	Ou	
	Aço	
	Construção naval	
	Fibras sintéticas	
	Veículos a motor	
	Outras indústrias transformadoras	
	— Todos os serviços	
	Ou	
	Serviços de transporte marítimo	
	Outros serviços de transporte	
	Serviços financeiros	
	Outros serviços	
Nome e endereço da autoridade que concede os auxílios	Nome Regierungspräsidien (até 31.12.2003) Sächsische Aufbaubank — Förderbank — (a partir de 1.1.2004) Sächsisches Staatesministerium für Wirtschaft und Arbeit Endereço <u>Até 31.12.2003:</u> Regierungspräsidium Dresden Referat 35 Stauffenbergallee 2 01099 Dresden Regierungspräsidium Leipzig Referat 35 Braustrasse 7 04107 Leipzig Regierungspräsidium Chemnitz Referat 35 Altchemnitzer Strasse 41 09120 Chemnitz Sächsisches Staatesministerium für Wirtschaft und Arbeit Abteilung 3 Wilhelm-Buck-Strasse 2 01097 Dresden <u>A partir de 1.1.2004:</u> Sächsische Aufbaubank — Förderbank — Pirnaische Strasse 9 01069 Dresden Sächsisches Staatesministerium für Wirtschaft und Arbeit Abteilung 3 Wilhelm-Buck-Strasse 2 01097 Dresden	
Concessão de auxílios individuais de montante elevado	Em conformidade com o artigo 5.º do Regulamento A medida exclui a concessão de auxílios ou exige a notificação prévia à Comissão da concessão de auxílios, se o montante do auxílio concedido a uma empresa para um único projecto de formação ultrapassar 1 000 000 euros.	Sim

Número do auxílio	XT 20/04		
Estado-Membro	Bélgica		
Região	Flandres		
Denominação do regime de auxílios ou nome da empresa que recebe o auxílio individual	Cheques-formação — regime de auxílios à formação a favor dos trabalhadores e dos empresários da indústria alimentar e do sector dos transportes na Flandres		
Base jurídica	Besluit van de Vlaamse regering van 2 april 2004 betreffende de opleidingscheques. (Dit besluit vervangt het besluit van 19 juli 2002 tot wijziging van het besluit van de Vlaamse regering betreffende de opleidingscheques van 14 december 2001, gekend bij de Europese Commissie als steunmaatregel XT 69/02)		
Despesas anuais previstas no âmbito do regime ou montante total do auxílio individual concedido à empresa	Regime de auxílios	Montante total anual	15 milhões de euros de 2004
		Empréstimos garantidos	
	Auxílio individual	Montante total do auxílio	
		Empréstimos garantidos	
Intensidade máxima dos auxílios	Em conformidade com os n.ºs 2 a 6 do artigo 4.º do Regulamento	Sim	
Data de execução	A partir de 2.4/2004		
Duração do regime ou concessão do auxílio individual	31.12.2006, met inachtneming van artikel 8 van Verordening nr. 68/2001		
Objectivo do auxílio	Formação geral		Sim
	Formação específica		Não
Sector(es) económico(s) em questão	Todos os sectores elegíveis para auxílios à formação		Não
	Limitado a sectores específicos		Sim: sectores alimentar e transportes
	— Agricultura		Limitado ao sector da indústria transformadora alimentar
	— Pescas e aquicultura		
	— Carvão		
	— Todas as indústrias transformadoras		
	Ou		
	Aço		
	Construção naval		
	Fibras sintéticas		
	Veículos a motor		
	Outras indústrias transformadoras		
	— Todos os serviços		
	Ou		
	Serviços de transporte marítimo		
	Outros serviços de transporte		
	Serviços financeiros		
	Outros serviços/Produtos químicos		

Nome e endereço da autoridade que concede os auxílios	Nome Ministerie van de Vlaamse Gemeenschap Afdeling Economisch Ondersteuningsbeleid — cel opleidingscheques		
	Endereço Markiesstraat, 1 1000 Brussel		
Concessão de auxílios individuais de montante elevado	Em conformidade com o artigo 5.º do Regulamento A medida exclui a concessão de auxílios ou exige a notificação prévia à Comissão da concessão de auxílios, se o montante do auxílio concedido a uma empresa para um único projecto de formação ultrapassar 1 000 000 euros.	Sim	
Número do auxílio	XT 32/04		
Estado-Membro	Alemanha		
Região	Land de Brandeburgo		
Denominação do regime de auxílios ou nome da empresa que recebe o auxílio individual	Projecto «Rede para o desenvolvimento pessoal no Land de Brandeburgo — p.net»: regime de auxílios do Ministério do Trabalho, Assuntos Sociais e Mulheres destinado a explorar o potencial de emprego em empresas situadas no Land de Brandeburgo através do aconselhamento e da qualificação no quadro da estratégia de desenvolvimento pessoal		
Base jurídica	Landeshaushaltsordnung (LHO), § 44 und die dazugehörigen Verwaltungsvorschriften		
Despesas anuais previstas no âmbito do regime ou montante total do auxílio individual concedido à empresa	Regime de auxílios	Montante total anual	0,141 milhões de euros
		Empréstimos garantidos	
	Auxílio individual	Montante total do auxílio	
		Empréstimos garantidos	
Intensidade máxima dos auxílios	Em conformidade com os n.ºs 2 a 6 do artigo 4.º do Regulamento	Sim	
Data de execução	A partir de 1.1/2004		
Duração do regime ou concessão do auxílio individual	Até 31.12.2004		
Objectivo do auxílio	Formação geral		Sim
	Formação específica		
Sector(es) económico(s) em questão	Todos os sectores elegíveis para auxílios à formação		Sim
	Limitado a sectores específicos		
	— Agricultura		
	— Pescas e aquicultura		
	— Carvão		

	— Todas as indústrias transformadoras	
	Ou	
	Aço	
	Construção naval	
	Fibras sintéticas	
	Veículos a motor	
	Outras indústrias transformadoras	
	— Todos os serviços	
	Ou	
	Serviços de transporte marítimo	
	Outros serviços de transporte	
	Serviços financeiros	
	Outros serviços/Produtos químicos	
Nome e endereço da autoridade que concede os auxílios	Nome LASA Brandenburg GmbH	
	Endereço Wetzlarer Straße 54 D 14482 Potsdam	
Concessão de auxílios individuais de montante elevado	Em conformidade com o artigo 5.º do Regulamento A medida exclui a concessão de auxílios ou exige a notificação prévia à Comissão da concessão de auxílios, se o montante do auxílio concedido a uma empresa para um único projecto de formação ultrapassar 1 000 000 euros.	Sim

Autorização de auxílios concedidos pelos Estados no âmbito das disposições dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE

A respeito dos quais a Comissão não levanta objecções

(2005/C 176/04)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Data de adopção: 9.12.2004

Estado-Membro: Países Baixos

N.º do auxílio: N 200/2004

Denominação: Ultimate Chiral Technology Project

Objectivo: Desenvolver um conjunto de avanços tecnológicos quírais

Base jurídica: Kompas voor de toekomst

Orçamento: 2,88 milhões de euros

Intensidade ou montante: 26 %

Duração: 4 anos

Outras informações: Relatório anual

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos dados confidenciais, está disponível em:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids/

Data de adopção da decisão: 20.4.2005

Estado-Membro: Bélgica

N.º do auxílio: N 355/2004

Denominação: Parceria público-privado para a abertura dos túneis da Krijgsbaan em Deurne, para o desenvolvimento das zonas industriais e para a operação do aeroporto de Antuérpia

Objectivo: Participação nos custos relacionados com a adaptação do aeroporto de Antuérpia à nova regulamentação internacional de segurança e com o desenvolvimento e operação do aeroporto, através de uma parceria público-privado.

Base jurídica: Beslissing van de Vlaamse regering van 19 juli 2002 en van 27 juni 2003 (décision du gouvernement flamand du 19 juillet 2002 et du 27 juin 2003).

Orçamento: As contribuições públicas totais, em capital e em espécie, ascendem a cerca de 26 milhões de euros.

Outras informações: Tipo de auxílio: Fundos próprios, empréstimos subordinados, subvenções em capital e contribuições em espécie.

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos dados confidenciais, está disponível em:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids/

Data de adopção: 16.3.2005

Estado-Membro: Itália

Nº do auxílio: N 345/2004

Denominação: Auxílio a favor de Solvay Rosignano, Subvenção

Objectivo: Funcionamento no contexto regional

Base jurídica: Fondo per la promozione del Sviluppo Sostenibile: Articolo 109 della legge 388/2000, modificato dall'articolo 62 della legge 48/2000

Intensidade ou montante: € 13 494 490

Duração: 2005-2006

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos dados confidenciais, está disponível em:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids/

Data de adopção: 2.2.2005

Estado-Membro: Países Baixos (Limburgo)

N.º do auxílio: N 492/2004

Denominação: Auxílio *ad hoc* ao investimento regional a favor da SABIC

Objectivo: Investimento regional (sector petroquímico)

Base jurídica: Ad hoc

Orçamento: 4,2 milhões de euros (12,2 % brutos)

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos dados confidenciais, está disponível em:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids/

Data de adopção da decisão: 20.10.2004

Estado-Membro: Bélgica

N.º do auxílio: N 520/2003

Denominação: Apoio financeiro à execução de infraestruturas nos portos da Flandres.

Objectivo: Financiamento destinado à execução de infraestruturas (dragagens) nas vias de acesso marítimo e co-financiamento de investimentos em infraestruturas portuárias.

Base jurídica: Décret du Ministère de la Communauté Flamande du 2 mars 1999 portant sur la politique et la gestion des ports maritimes.

Vlaams Decreet van 2 maart 1999 houdende het beleid en het beheer van de zeehavens.

Orçamento: O orçamento total da medida para o período 2001-2004 é estimado em 342 milhões de euros. Todavia, apenas uma parte — 270 milhões de euros — é considerada auxílio estatal.

Duração: 2001-2004

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos dados confidenciais, está disponível em:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids/

Data de adopção: 2.3.2005

Estado-Membro: República Checa

N.º do auxílio: N 600/04

Denominação: Adiamento da redução de capacidade da VPFM

Objectivo: Restruturação

Intensidade ou montante: O auxílio original era de 9,6 milhões de euros

Duração: 6 meses

Outras informações: A decisão refere-se ao acordo para adiar a redução da capacidade permanente, tal como previsto no Protocolo n.º 2 do Tratado de Adesão

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos dados confidenciais, está disponível em:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids/

Data de adopção da decisão: 3.5.2005

Estado-Membro: França.

N.º do auxílio: NN 52/2003.

Denominação: Revisão dos regimes de ajudas individuais de carácter social relativos às ligações aéreas entre Marselha, Nice, Montpellier e Lyon e a Córsega.

Objectivo: Transporte aéreo — Redução do isolamento da Córsega mediante a instituição, a favor de certas categorias de passageiros e dos residentes na ilha, de um sistema de ajudas de carácter social, de modo a lutar contra as desvantagens da insularidade.

Base jurídica: *Délibération de l'Assemblée de Corse n.º 03/64 AC adoptée le 24 mars 2003 décidant de fixer les montants intervenant dans le dispositif à caractère social d'aides aux personnes transportées sur les lignes aériennes régulières entre Marseille, Nice, Montpellier et Lyon et les aéroports corses.*

Orçamento: 33,7 milhões de euros anuais.

Intensidade ou montante do auxílio: Reembolso às transportadoras aéreas de um montante entre 50 e 56 euros por pessoa e por trajecto no caso das ligações entre Marselha, Nice, Montpellier e Lyon e a Córsega. Esses reembolsos só poderão ser concedidos em relação a certas categorias de passageiros (pessoas com residência principal na Córsega; jovens com menos de 25 anos; pessoas com mais de 60 anos; estudantes com menos de 27 anos; famílias em viagem; pessoas deficientes ou inválidas).

Duração: Anual, com renovação anual. O regime não tem uma data de termo determinada, embora não se destine a ser permanente.

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos dados confidenciais, está disponível em:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids/

AUXÍLIOS ESTATAIS — GRÉCIA

Auxílio estatal C 20/2005 (ex NN 70/2004) — Auxílios às empresas dos departamentos de Florina e Kolkis (despacho ministerial n.º 66336/B.1398, de 14 de Setembro de 1993, e suas alterações)

Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE

(2005/C 176/05)

Por carta de 7 de Junho de 2005, publicada na língua que faz fé a seguir ao presente resumo, a Comissão notificou à Grécia a decisão de dar início ao procedimento previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE relativamente ao auxílio acima mencionado.

As partes interessadas podem apresentar as suas observações relativamente ao auxílio em relação ao qual a Comissão deu início ao procedimento no prazo de um mês a contar da data de publicação do presente resumo e da carta, enviando-as para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral Agricultura e Desenvolvimento Rural
Direcção H2
Escritório: Loi 130 5/128
B-1049 Bruxelas
Fax: (32-2) 296 76 72

Estas observações serão comunicadas à Grécia. Qualquer interessado que apresente observações pode solicitar por escrito o tratamento confidencial da sua identidade, devendo justificar o pedido.

TEXTO DO RESUMO

(CE) n.º 1860/2004 da Comissão que instaura uma regra *de minimis* no sector agrícola.

Os despachos supracitados prevêem várias medidas de auxílio em favor de empresas artesanais e industriais. Aparentemente, algumas empresas do sector agrícola também terão beneficiado destas medidas, a saber:

- a) reagrupamento, em novos empréstimos bonificados, com possibilidade de carência, de dívidas onerosas ligadas a empréstimos concedidos para investimentos e/ou para a constituição/alimentação de fundos de maneo;
- b) concessão da garantia do Estado relativamente à operação de reestruturação de dívidas;
- c) aplicação de uma taxa preferencial ainda antes da bonificação de juros.

Estas medidas destinam-se a empresas em dificuldade.

Avaliação

Nesta fase, a compatibilidade dos auxílios concedidos com o mercado comum está sujeita a caução pelas seguintes razões:

- Quando lhes foram solicitadas explicações sobre os auxílios em causa, as autoridades gregas indicaram que, embora não conhecessem o número exacto de beneficiários, os montantes dos auxílios em causa deviam provavelmente estar cobertos pela regra *de minimis*; para além do facto de, até 1 de Janeiro de 2005, a regra *de minimis* não se aplicar ao sector agrícola, a Comissão não dispõe, neste fase, de qualquer dado que lhe permita determinar em que medida os montantes recebidos pelas empresas agrícolas em aplicação do despacho n.º 66336/B.1398 e respectivas alterações poderão ser abrangidos pelo âmbito do Regulamento

- Dado que os despachos supracitados se dirigem a empresas em dificuldade, os auxílios devem ser analisados à luz das várias regras aplicáveis à recuperação e reestruturação de empresas em dificuldade desde a entrada em vigor do primeiro dos mesmos despachos, ou seja desde 21 de Setembro de 1993; ora, as informações disponíveis não permitem determinar se essas regras foram respeitadas.

- Ainda relativamente ao sector agrícola, as informações disponíveis não permitem determinar se a garantia do Estado foi concedida no respeito das várias regras aplicáveis aos auxílios estatais sob a forma de garantias desde 21 de Setembro de 1993.

- É certo que a regra *de minimis* é aplicável nos sectores industrial e artesanal, mas como as autoridades gregas desconhecem o número de beneficiários das medidas previstas pelos despachos supracitados e os limites dos auxílios *de minimis* são calculados relativamente a um período de três anos, e não a uma operação pontual, é impossível determinar se os auxílios previstos pelos mesmos despachos são efectivamente abrangidos pela regra *de minimis*; neste contexto, os auxílios devem igualmente ser analisados com base nas diversas regras aplicáveis à recuperação e reestruturação de empresas em dificuldade desde 21 de Setembro de 1993; ora, as informações disponíveis não permitem determinar se essas regras foram respeitadas.

- Nestes mesmos sectores, as informações disponíveis não permitem determinar se a garantia do Estado foi concedida no respeito das várias regras aplicáveis aos auxílios estatais sob a forma de garantias desde 21 de Setembro de 1993.

TEXTO DA CARTA

- «1. Με την παρούσα, η Επιτροπή έχει την τιμή να πληροφορήσει την Ελλάδα ότι, αφού εξέτασε τις υποβληθείσες από τις αρχές της χώρας σας πληροφορίες, αποφάσισε να κινήσει την προβλεπόμενη από το άρθρο 88, παράγραφος 2, της συνθήκης ΕΚ διαδικασία έναντι των ενισχύσεων που προβλέπονται στις ανωτέρω υπουργικές αποφάσεις.

Διαδικασία

2. Κατά την εξέταση του φακέλου κρατικής ενίσχυσης NN 153/03 σχετικά με τη χορήγηση ενισχύσεων για την εκκαθάριση οφειλών στους Νομούς της Καστοριάς και της Εύβοιας (φάκελος για τον οποίο κινήθηκε η διαδικασία C 23/04), οι υπηρεσίες της Επιτροπής διαπίστωσαν ότι παρόμοιες ενισχύσεις είχαν χορηγηθεί και σε άλλους ελληνικούς Νομούς από το 1993.
3. Με την επιστολή τους, της 22ας Απριλίου 2004, οι υπηρεσίες της Επιτροπής ζήτησαν από τις ελληνικές αρχές πίνακα όλων των αποφάσεων που ελήφθησαν απ' αυτές, καθώς και των τροποποιήσεών τους, από την 1η Ιανουαρίου 1993, σχετικά με την αναδιαπραγμάτευση των οφειλών με υψηλή επιβάρυνση.
4. Με επιστολή της, της 1ης Ιουλίου 2004, η οποία πρωτοκολλήθηκε στις 5 Ιουλίου 2004, η Μόνιμη Αντιπροσωπεία της Ελλάδας στην Ευρωπαϊκή Κοινότητα κοινοποίησε στην Επιτροπή το κείμενο της απόφασης αριθ. 66336/B.1398 της 14ης Σεπτεμβρίου 1993 και τις τροποποιήσεις του, που αφορούν την χορήγηση ενισχύσεων για την αναδιαπραγμάτευση οφειλών με υψηλή επιβάρυνση στους Νομούς Φλώρινας και Κιλκίς.
5. Καθώς όλες οι προβλεπόμενες από τα προαναφερόμενα κείμενα ενισχύσεις έχουν ήδη καταβληθεί, οι υπηρεσίες της Επιτροπής αποφάσισαν να ανοίξουν φάκελο μη κοινοποιηθείσας ενίσχυσης υπ' αριθ. NN 70/2004.
6. Η παρούσα απόφαση αναφέρεται αποκλειστικά στις ενισχύσεις που χορηγήθηκαν στους νομούς Φλώρινας και Κιλκίς. Οι ενισχύσεις που καταβλήθηκαν στους άλλους νομούς, που αναφέρονται στις αποφάσεις οι οποίες παρατίθενται στην πιο κάτω περιγραφή, θα εξεταστούν στο πλαίσιο χωριστού φακέλου, όταν θα έχουν κοινοποιηθεί όλα τα νομικά κείμενα που τις αφορούν (έχει ήδη σταλεί στις ελληνικές αρχές σχετικό αίτημα).

Περιγραφή

7. Η υπουργική απόφαση αριθ. 66336/B.1398, της 14ης Σεπτεμβρίου 1993, με την οποία εγκρίνεται η χορήγηση επιδότησης επιτοκίου επί των οφειλομένων υπολοίπων χορηγήσεων από δάνεια για κεφάλαια κίνησης και πάγιες επενδύσεις των βιομηχανικών και βιοτεχνικών επιχειρήσεων των νομών Φλώρινας και Κιλκίς, προβλέπει τα ακόλουθα:

- το σύνολο των υφισταμένων μέχρι 30 Ιουνίου 1993 ληξιπρόθεσμων και μη οφειλών από πάσης φύσεως δάνεια (κεφάλαια κινήσεως και πάγιες εγκαταστάσεις) σε δραχμές ή συνάλλαγμα και από καταπτώσεις εγγυητικών επιστολών σε δραχμές ή συνάλλαγμα των βιομηχανικών και

βιοτεχνικών επιχειρήσεων που είναι εγκατεστημένες και λειτουργούν, ανεξάρτητα από την έδρα της επιχείρησης, στους νομούς Φλώρινας και Κιλκίς, θα αποτελέσει ένα νέο δάνειο που θα εξοφληθεί σε δέκα έτη με ίσες εξαμηνιαίες τοκοχρεωλυτικές δόσεις ή με ίσες εξαμηνιαίες χρεωλυτικές δόσεις (απλό χρεωλύσιο) και υπολογισμό των τόκων ανά εξάμηνο με το εκάστοτε εφαρμοζόμενο για τη ρύθμιση επιτόκιο,

- το επιτόκιο των ανωτέρω δανείων επιδοτείται με 10 εκατοστιαίες μονάδες από το λογαριασμό του Νόμου 128/75 (1) κατά τα πέντε πρώτα έτη, με την προϋπόθεση ότι ο δανειολήπτης θα έχει καταβάλει προηγουμένως τη δική του συμμετοχή,
 - το επιτόκιο του νέου δανείου (κεφάλαια κίνησης και πάγιες εγκαταστάσεις) θα είναι το επιτόκιο των εντόκων γραμματίων Δημοσίου δωδεκάμηνης διάρκειας της εκάστοτε τελευταίας έκδοσης που χρονικά προηγείται της έναρξης κάθε περιόδου εκτοκισμού των δανείων, προσαυξημένο κατά δύο μονάδες,
 - οι υπαγόμενες στην απόφαση αυτή οφειλές από δάνεια σε συνάλλαγμα θα ρυθμίζονται αφού δραχμοποιηθούν οι σχετικές οφειλές με τη μέση τιμή fixing της προηγούμενης της ρυθμίσεως ημέρας,
 - ως αφετηρία της ρύθμισης για την εφαρμογή των όσων καθορίζει η παρούσα θα λαμβάνεται η ημερομηνία δραχμοποίησης, με την προϋπόθεση ότι η δραχμοποίηση θα έχει πραγματοποιηθεί μέχρι και 30 Ιουνίου 1994,
 - οι εγγυητικές επιστολές προκειμένου να υπαχθούν στη νέα ρύθμιση θα πρέπει να έχουν κατατεθεί μέχρι 30 Ιουνίου 1993,
 - οι τόκοι και το κεφάλαιο των ρυθμιζομένων οφειλών των βιομηχανικών και βιοτεχνικών επιχειρήσεων των νομών Φλώρινας και Κιλκίς είναι εγγυημένοι από το Δημόσιο,
 - σε περίπτωση κατά την οποία δεν πληρωθούν δύο συνεχόμενες τοκοχρεωλυτικές δόσεις, το δάνειο θα καθίσταται ληξιπρόθεσμο και απαιτητό και θα παύει η ισχύουσα ρύθμιση,
 - οι τόκοι υπερημερίας μέχρι 31.12.1992 για δάνεια πάγιων εγκαταστάσεων και κεφαλαίων κίνησης των βιομηχανικών και βιοτεχνικών επιχειρήσεων των νομών Φλώρινας και Κιλκίς θα καλυφθούν από το δημόσιο εντός των ορίων του προϋπολογισμού (μέσω του κοινού λογαριασμού) του νόμου αριθ. 128/75.
8. Η υπαγωγή στις προβλεπόμενες από την απόφαση αυτή ρυθμίσεις υπόκειται στην τήρηση των ακόλουθων προϋποθέσεων:

- οι επιχειρήσεις πρέπει να είναι βιώσιμες μετά τη ρύθμιση κρίνεται από τις τράπεζες, οι οποίες διαθέτουν τρίμηνη προθεσμία για να αποφανθούν επί της βιωσιμότητας των επιχειρήσεων,

(1) Ο λογαριασμός αυτός, που ανοίχθηκε στην Τράπεζα της Ελλάδας, τροφοδοτείται από την παρακράτηση επί των χορηγήσεων των εμπορικών τραπεζών. Κάθε ακάλυπτο ποσό του λογαριασμού αυτού βαρύνει το κράτος (σύμφωνα με τις πληροφορίες που διαδίδει η Επιτροπή, ο λογαριασμός παρέμεινε επί μακρόν ελλειμματικός και, κατά συνέπεια, τροφοδοτείτο από το κράτος). Στην απόφασή του της 7ης Ιουνίου 1978, στην υπόθεση C 57/86 (Συλλογή, 1988, σ. 439), το Δικαστήριο διαπίστωσε ότι η δραστηριότητα της Τράπεζας της Ελλάδας σε θέματα διαχείρισης και πληρωμών υπόκειται σε άμεσο κρατικό έλεγχο.

- οι επιχειρήσεις οφείλουν να έχουν καταβάλει τουλάχιστον το 5 % των τόκων που τους αναλογεί για τα έτη 1991 — 1992, και να έχουν ανταποκριθεί σε αυτή την υποχρέωση μέχρι την ημέρα της ρύθμισης των δανείων (ημερομηνία υπογραφής του νέου δανειακού συμφώνου),
 - οι οφειλές πρέπει να προέρχονται από δάνεια που αποδεδειγμένα χρησιμοποιήθηκαν είτε για αγορά παγίων εγκαταστάσεων είτε για κεφάλαιο κινήσεως των επιχειρήσεων,
 - ο έλεγχος της εφαρμογής των ανωτέρω ανατίθεται στις αρμόδιες υπηρεσίες του Υπουργείου Εθνικής Οικονομίας και του Υπουργείου Οικονομικών,
 - στις περιπτώσεις επιχειρήσεων, επενδύσεις των οποίων έχουν υπαχθεί στους Αναπτυξιακούς Νόμους και έχουν κάνει χρήση τραπεζικών δανείων για την υλοποίησή τους, η εφαρμογή των μέτρων του ανωτέρω σημείου 7 αποκλείει την περαιτέρω επιδότηση του νέου αυτού δανείου των Αναπτυξιακών Νόμων, διότι το νέο αυτό δάνειο δεν αποτελεί ουσιαστικά δάνειο που έχει ληφθεί για την πραγματοποίηση των επενδύσεων κατά την έννοια του άρθρου 11 των Αναπτυξιακών Νόμων,
 - στην περίπτωση των βιοτεχνικών δανείων παγίων που επιδοτούνται ήδη βάσει της υπ' αριθ. 2067234 απόφασης, της 31 Οκτωβρίου 1991, με επιδότηση 4 %, η επιδότηση της παρούσας απόφασης (νομών Φλώρινας και Κιλκίς) παρέχεται κατά τη διαφορά για όσο χρόνο διαρκεί η επιδότηση επιτοκίου της προαναφερόμενης απόφασης.
9. Η απόφαση αριθ. 66336/B.1398 της 14ης Σεπτεμβρίου 1993 τροποποιήθηκε από την απόφαση αριθ. 30755/B.1199 της 21ης Ιουλίου 1994, την απόφαση αριθ. 60029/B.1541 της 23ης Σεπτεμβρίου 1994, την απόφαση αριθ. 72742/B.1723 της 8ης Δεκεμβρίου 1994, την απόφαση αριθ. 236/B.22 της 4ης Ιανουαρίου 1995, την απόφαση αριθ. 8014/B.285 της 28ης Φεβρουαρίου 1995, την απόφαση αριθ. 44678/B.1145 της 3ης Ιουλίου 1995, την απόφαση αριθ. 44446/B.1613 της 24ης Δεκεμβρίου 1996, την απόφαση αριθ. 40410/B.1678 της 9ης Δεκεμβρίου 1997, την απόφαση αριθ. 10995/B.546 της 24ης Μαρτίου 1999, την απόφαση αριθ. 12169/B.736 της 22ας Μαρτίου 2000 και την απόφαση αριθ. 35913/B.2043 της 24ης Οκτωβρίου 2000.
10. Με την απόφαση αριθ. 30755/B.1199 της 21ης Ιουλίου 1994 προστέθηκε το εξής εδάφιο μεταξύ του δευτέρου και του τρίτου εδαφίου του κεφαλαίου 1 της απόφασης αριθ. 66336/B.1398 (ή αλλιώς στο πλαίσιο της παρούσας απόφασης, μεταξύ της δεύτερας και της τρίτης περιπτώσεως του σημείου 6):
- “Εναλλακτικά, σε όσες επιχειρήσεις επιθυμούν, χορηγείται περίοδος χάριτος για ενάμιση (1 ½) έτος, δηλαδή μέχρι την 31η Δεκεμβρίου 1994, χωρίς επιμήκυνση της συνολικής διάρκειας εξόφλησης των δέκα (10) ετών και υπό τον όρο ότι στην περίπτωση αυτή η οριζόμενη πενταετής επιδότηση του επιτοκίου των ρυθμιζόμενων οφειλών θα μειωθεί από 10 εκατοστιαίες μονάδες σε 8,5 εκατοστιαίες μονάδες. Οι τόκοι της περιόδου χάριτος που βαρύνουν τον δανειολήπτη θα κεφαλαιοποιηθούν στις 31 Δεκεμβρίου 1994· θα προστεθούν στο αρχικό ρυθμιζόμενο κεφάλαιο και θα εξυπηρετηθούν με αυτό ενιαία σε 17 εξαμηνιαίες τοκοχρεωλυτικές δόσεις ή σε 17 ίσες εξαμηνιαίες χρεωλυτικές δόσεις (απλό χρεωλύσιο) και υπολογισμό των τόκων ανά εξάμηνο με το εκάστοτε εφαρμοζόμενο για τη ρύθμιση επιτόκιο. Η πρώτη δόση θα καταβληθεί την 1.7.1995.”
11. Με την απόφαση υπ' αριθ. 60029/B.1541 της 23ης Σεπτεμβρίου 1994 αντικαταστάθηκε το τρίτο εδάφιο του κεφαλαίου 1 της απόφασης υπ' αριθ. 66336/B.1398 (ή αλλιώς, στην παρούσα απόφαση, η τρίτη περίπτωση του σημείου 7) από το εξής κείμενο:
- “το επιτόκιο του νέου δανείου (κεφάλαια κίνησης και πάγιες εγκαταστάσεις) είναι ίσο με το επιτόκιο των εντόκων γραμματίων Δημοσίου δωδεκάμηνης διάρκειας της εκάστοτε τελευταίας έκδοσης που χρονικά προηγείται της έναρξης κάθε περιόδου εκτοκισμού των δανείων, προσαυξημένο για μεν τις επιχειρήσεις του νομού Κιλκίς κατά 5 μονάδες, για δε τις επιχειρήσεις του νομού Φλώρινας κατά δύο μονάδες”.
12. Η απόφαση αριθ. 72742/B.1723 της 8ης Δεκεμβρίου 1994 τροποποιεί το μηχανισμό ρύθμισης επαχθών οφειλών, προβλέποντας τις εξής διατάξεις.
- Οι επιχειρήσεις που κάνουν χρήση της εναλλακτικής δυνατότητας ρύθμισης οφειλών που προβλέπεται στις κοινές υπουργικές αποφάσεις αριθ. 30755/B.1199 της 21.7.1994 και 2045909/7431/0025 της 26 Αυγούστου 1994, έχουν την ευχέρεια να εξοφλήσουν τους τόκους της περιόδου χάριτος, που τις βαρύνουν αντί να τους κεφαλαιοποιήσουν.
- Στην περίπτωση αυτή, η πενταετής επιδότηση του επιτοκίου ορίζεται σε δέκα εκατοστιαίες μονάδες, με την προϋπόθεση ότι η συνολική δαπάνη από την επιδότηση του επιτοκίου, που βαρύνει το λογαριασμό του Ν. 128/75, δεν θα είναι μεγαλύτερη της δαπάνης που αναλογεί σε κάθε μία επιχείρηση όταν κάνει χρήση των διατάξεων των κοινών υπουργικών αποφάσεων αριθ. 30755/B.1199 της 21ης Ιουλίου 1994 και 2045909/7431/0025 της 26ης Αυγούστου 1994.
13. Η απόφαση αριθ. 236/B.22 της 4ης Ιανουαρίου 1995 προβλέπει τα εξής:
- για τις μεταλλευτικές βιομηχανίες του νομού Φλώρινας, το επιτόκιο των νέων δανείων (για κεφάλαια κίνησης και πάγιες εγκαταστάσεις) που προκύπτουν από την εφαρμογή της κοινής υπουργικής απόφασης (Κ.Υ.Α.) αριθ. 66336/B.1398 της 14ης Σεπτεμβρίου 1993 όπως τροποποιήθηκε, ορίζεται ίσο κατ' ανώτατο όριο, με το επιτόκιο των εντόκων γραμματίων του Δημοσίου δωδεκάμηνης διάρκειας της εκάστοτε τελευταίας έκδοσης που χρονικά προηγείται της έναρξης κάθε περιόδου εκτοκισμού των δανείων, προσαυξημένο κατά 5 μονάδες,
 - οι ρυθμίσεις δανείων που έχουν γίνει μέχρι την ημερομηνία δημοσίευσης των διατάξεων της με το επιτόκιο που ορίζεται στην Κ.Υ.Α. αριθ. 66336/B.1398 (επιτόκιο ΕΓΔ δωδεκάμηνης διάρκειας προσαυξημένο κατά δύο μονάδες) εξακολουθούν να ισχύουν,
 - η κεφαλαιοποίηση των τόκων της περιόδου χάριτος που προβλέπεται από την Κ.Υ.Α. αριθ. 30755/B.1199 της 21ης Ιουλίου 1994 αφορά τους τόκους που βαρύνουν τον δανειολήπτη, ενώ οι τόκοι που βαρύνουν το Δημόσιο καταβάλλονται κανονικά (δεν κεφαλαιοποιούνται).

14. Με την απόφαση αριθ. 8014/B.285 της 28ης Φεβρουαρίου 1995, καθορίζεται η 31η Ιανουαρίου 1995 ως η ημερομηνία δραχμοποίησης των δανείων σε συνάλλαγμα, η οποία αναφέρεται στο ανωτέρω σημείο 6 πέμπτη περίπτωση.
15. Η Κ.Υ.Α. αριθ. 44678/B.1145 της 3ης Ιουλίου 1995 προβλέπει τα εξής:
- σε όσες επιχειρήσεις τα δάνεια των οποίων ρυθμίζονται βάσει των Κ.Υ.Α. αριθ. 1648/B.22/13.1.94 και 66336/B.1398/14.9.93, οι οποίες αδυνατούν να καταβάλουν τη δόση της 1.7.95 παρέχεται ύστερα από τη σύμφωνη γνώμη της δανειοδοτούσας Τράπεζας, η εναλλακτική δυνατότητα παράτασης της περιόδου χάριτος για ένα χρόνο (μέχρι τις 31.12.1995 αντί της 31.12.1994), με τριετή επιμήκυνση της συνολικής διάρκειας ρύθμισης,
 - η πρώτη δόση θα καταβληθεί την 1.7.1996,
 - οι τόκοι της περιόδου χάριτος που απομένουν μετά την καταβολή των προβλεπόμενων ως κατωτέρω επιδοτήσεων θα κεφαλαιοποιηθούν χωρίς ανατοκισμό, την 31.12.95,
 - οι τόκοι των ρυθμισμένων οφειλών καθ' όλη τη διάρκεια της περιόδου χάριτος θα εξακολουθήσουν να επιδοτούνται από το λογαριασμό του Ν. 128/75, όπως μέχρι σήμερα, δηλαδή με 10 εκατοστιαίες μονάδες για τις επιχειρήσεις περιοχής Θράκης και 8,5 εκατοστιαίες μονάδες για τις επιχειρήσεις των νομών Φλώρινας — Κιλκίς,
 - μετά τη λήξη της περιόδου χάριτος και μέχρι να συμπληρωθεί η πενταετία από την αφετηρία της ρύθμισης, θα καταβάλλεται επιδότηση επιτοκίου για τις οφειλές που εξυπηρετούνται με ίσες δόσεις κεφαλαίου (απλό χρεωλύσιο) ίση:
 - α) με 7 εκατοστιαίες μονάδες για τις επιχειρήσεις των νομών Φλώρινας — Κιλκίς·
 - β) με 6,5 εκατοστιαίες μονάδες για τις οφειλές από τα ίδια διαθέσιμα των τραπεζών και 7 εκατοστιαίες μονάδες για τις οφειλές από δάνειο της ΑΝΕΑΝΕ 197/78, για τις επιχειρήσεις περιφέρειας Θράκης,
 - ειδικά για τα δάνεια που εξυπηρετούνται με τοκοχρεωλυτικές δόσεις η επιδότηση μετά τη λήξη της περιόδου χάριτος θα ανέρχεται σε 8 εκατοστιαίες μονάδες για τις επιχειρήσεις νομών Φλώρινας — Κιλκίς και 8,5 εκατοστιαίες μονάδες για τις επιχειρήσεις περιοχής Θράκης,
 - προϋπόθεση για τα ανωτέρω είναι οι επιχειρήσεις να έχουν καταβάλει τη διαφορά των τόκων που αποτελεί τη δική τους συμμετοχή,
 - κατ' εφαρμογή της παραγράφου 2 της απόφασης του Υπουργού Οικονομικών αριθ. 2045909 από 24.8.1994 και του τρίτου εδαφίου της παραγράφου α) του αριθ. 32641/B.1245 από 29.7.94, διευκρινιστικού εγγράφου, μπορούν να παραμένουν σε έντοκο λογαριασμό τα ποσά που καταβλήθηκαν από 1.7.1993 και μετά και δεν επαναχορηγήθηκαν, και τα οποία κατά την ημερομηνία καταβολής τους περιόριζαν το υπόλοιπο της οφειλής της 30.6.1993.
16. Η απόφαση αριθ. 44446/B.1613 της 24ης Δεκεμβρίου 1996 προβλέπει τα εξής:
- καθίστανται αμέσως ληξιπρόθεσμα και απαιτητά ολόκληρα τα δάνεια, που προκύπτουν από τη ρύθμιση των αναφερομένων στις αποφάσεις υπ' αριθ. 1648/B.22/13.1.1994 και 66336/B.1398/14.9.1993, όπως τροποποιήθηκαν και ισχύουν, οφειλών, όταν δεν πληρωθούν τέσσερις συνεχόμενες δόσεις (αντί των τριών που ισχύει) από τις υπαγόμενες στη ρύθμιση επιχειρήσεις των νομών Έβρου, Ροδόπης και Ξάνθης, και τρεις συνεχόμενες δόσεις (αντί των δύο που ισχύει, από τις υπαγόμενες στη ρύθμιση επιχειρήσεις των νομών Φλώρινας και Κιλκίς.
17. Η απόφαση αριθ. 40410/B.1678 της 9ης Δεκεμβρίου 1997 προβλέπει τα εξής:
- όσες από τις ληξιπρόθεσμες μέχρι και 1.1.1998 οφειλές των επιχειρήσεων που είναι εγκατεστημένες στους νομούς Κιλκίς — Φλώρινας και έχουν υπαχθεί στις διατάξεις της Κ.Υ.Α. αριθ. 66336/93 όπως ισχύει, είναι ανεξόφλητες, κεφαλαιοποιούνται την ως άνω ημερομηνία σε ένα (νέο) δάνειο διάρκειας 15 ετών, περιλαμβανομένης περιόδου χάριτος για τα πέντε πρώτα έτη. Η εξυπηρέτηση του δανείου για τα υπόλοιπα 10 έτη θα γίνει με ίσες εξαμηνιαίες χρεωλυτικές ή τοκοχρεωλυτικές δόσεις,
 - οι τόκοι του ως άνω δανείου θα καταβάλλονται στο τέλος κάθε εξαμήνου αρχής γενομένης την 30.6.1998. Κατ' εξαίρεση οι τόκοι των δύο πρώτων εξαμήνων, εφόσον το επιθυμούν οι επιχειρήσεις, δύνανται να κεφαλαιοποιηθούν και να προστεθούν στο αρχικό ποσό ρύθμισης· οι υπόλοιπες οκτώ εξαμηνιαίες δόσεις της περιόδου χάριτος θα καταβάλλονται στο τέλος κάθε εξαμήνου,
 - το επιτόκιο του νέου αυτού δανείου καθορίζεται ίσο με το βασικό επιτόκιο ενήμερης οφειλής για αντίστοιχες κατηγορίες δανείων πλέον περιθωρίου 1,5 %. Το επιτόκιο αυτό θα επιδοτείται σύμφωνα με τις ισχύουσες αποφάσεις για το τυχόν υπόλοιπο χρονικό διάστημα μέχρι συμπληρώσεως πενταετίας,
 - η μη καταβολή έστω και μιας δόσεως απαιτητών τόκων ή τοκοχρεωλυσιών που προκύπτουν από την άνω ρύθμιση θα επιφέρει την ανατροπή των αποτελεσμάτων ρύθμισης και επαναφορά στην προηγούμενη,
 - στην παρούσα ρύθμιση υπάγονται και τυχόν βεβαιωμένες από 1.7.1997 οφειλές στις ΔΟΥ λόγω κατάπτωσης της εγγύησης του ελληνικού Δημοσίου από δάνεια που ρυθμίστηκαν με βάση την Κ.Υ.Α.66336/B.1398/14.9.1993, ύστερα από την επαναφορά τους στις τράπεζες,
 - στα νέα δάνεια που απορρέουν από την παρούσα ρύθμιση θα παρασχεθεί η εγγύηση του Δημοσίου σύμφωνα με τις διατάξεις του Ν. 2322/95,
 - οι προϋποθέσεις για την υπαγωγή των επιχειρήσεων στις ρυθμίσεις της παρούσης είναι:
 - α) οι επιχειρήσεις πρέπει να είναι βιώσιμες μετά τη ρύθμιση· οι σχετικές μελέτες βιωσιμότητας θα γίνονται από την τράπεζα που έχει το μεγαλύτερο ποσοστό χρηματοδότησης στα πάγια και θα πρέπει να έχουν ολοκληρωθεί το αργότερο εντός δύο μηνών από την έκδοση της παρούσας·
 - β) οι επιχειρήσεις να έχουν καταβάλει το 15 % των υφισταμένων την 1.1.1998 ληξιπρόθεσμων οφειλών.

18. Η απόφαση αριθ. 10995/B.546, της 24ης Μαρτίου 1999 προβλέπει τα εξής:

- παρατείνεται το χρονικό διάστημα για το οποίο παρέχεται η επιδότηση του επιτοκίου στα ρυθμιζόμενα με βάση την υπ' αριθ. 66336/B.1398/14.9.1993 Κ.Υ.Α. όπως ισχύει δάνεια των επιχειρήσεων των νομών Φλώρινας — Κιλκίς για δύο έτη ακόμη, δηλ. μέχρι 30.6.2000,
- για το διάστημα αυτό των δύο ετών θα παρέχεται επιδότηση επιτοκίου ίση με τρεις εκατοστιαίες μονάδες,
- προϋπόθεση για την καταβολή της ως άνω επιδότησης είναι η ενημερότητα (σε κεφάλαιο και τόκους) των ρυθμιζόμενων οφειλών, που πιστοποιείται από τη χρηματοδοτούσα τράπεζα.

19. Η απόφαση αριθ. 12169/B.736 της 22ας Μαρτίου 2000 προβλέπει τα εξής:

- καθίστανται αμέσως ληξιπρόθεσμα και απαιτητά ολόκληρα τα δάνεια που προκύπτουν από τη ρύθμιση των αναφερομένων στις κοινές αποφάσεις των υπουργών εθνικής οικονομίας και οικονομικών υπ' αριθ. 66336/B.1398/14.9.1993 και 40410/B.1678/9.12.1997, όπως τροποποιήθηκαν και ισχύουν, οφειλών, όταν δεν πληρωθούν έξι συνεχόμενες δόσεις (αντί των τριών που ισχύει) για τις υπαγόμενες στη ρύθμιση της Κ.Υ.Α. 66336/B.1398/14.9.1993 οφειλές των επιχειρήσεων των νομών Φλώρινας και Κιλκίς και τρεις συνεχόμενες δόσεις (αντί της μιας που ισχύει) για τις υπαγόμενες στη ρύθμιση της Κ.Υ.Α. 40410/B.1678/9.12.1997 οφειλές των επιχειρήσεων των νομών Φλώρινας και Κιλκίς.

20. Η απόφαση αριθ. 35913/B.2043 της 24ης Οκτωβρίου 2000 προβλέπει τα εξής:

- όλες οι οφειλές ενήμερες και ληξιπρόθεσμες, μέχρι 30.6.2000, των επιχειρήσεων που είναι εγκατεστημένες και λειτουργούν στην Περιφέρεια Θράκης και έχουν υπαχθεί στις διατάξεις των Κ.Υ.Α. 1648/B.22/13.1.1994, 40412/B.1677/9.12.1997 και 10123/B.507/17.3.1999, καθώς και των επιχειρήσεων που είναι εγκατεστημένες και λειτουργούν στους νομούς Φλώρινας και Κιλκίς και έχουν υπαχθεί στις διατάξεις των Κ.Υ.Α. 66336/B.1398/14.9.1993 και 40410/B.1678/9.12.1997, όπως τροποποιήθηκαν και ισχύουν, κεφαλαιοποιούνται και γίνονται ένα νέο ενιαίο δάνειο, το οποίο θα εξοφληθεί με ίσες εξαμηνιαίες χρεωλυτικές ή τοκοχρεωλυτικές δόσεις, με πρώτη καταβλητέα την 1.7.2001κα τελευταία την 31.12.2013. Οι τόκοι από 1.7 έως 31.12.2000 θα καταβληθούν στη λήξη τους. Για τις οφειλές σε συνάλλαγμα, προκειμένου να υπαχθούν στη ρύθμιση, θα πρέπει να δραχμοποιηθούν με τιμή fixing της ημέρας της υπογραφής της σύμβασης, η οποία δεν θα πρέπει να είναι μεταγενέστερη της 31.12.2000,
- οι τράπεζες οι οποίες είχαν ρυθμίσει τις οφειλές επιχειρήσεων βάσει των ανωτέρω Κ.Υ.Α. δύνανται κατά την κεφαλαιοποίηση των οφειλών στις 30.6.2000 να διαγράψουν το 25 % του συνόλου των τόκων υπερημερίας,
- ως επιτόκιο ρύθμισης των οφειλών, ορίζεται το εκάστοτε επιτόκιο των εντόκων γραμματίων Ελληνικού δημοσίου (ΕΓΕΔ) δωδεκάμηνης διάρκειας προσαυξημένο κατά 35 %,
- στην ανωτέρω ρύθμιση υπάγονται και οι οφειλές που βεβαιώθηκαν στις ΔΟΥ λόγω κατάπτωσης της εγγύησης

του ελληνικού Δημοσίου ύστερα από επαναφορά τους στις τράπεζες, καθώς και οι οφειλές από δάνεια που χορηγήθηκαν με την εγγύηση του Ελληνικού Δημοσίου σε επιχειρήσεις του νομού Φλώρινας, που επλήγησαν από την κρίση στη Γιουγκοσλαβία σύμφωνα με την απόφαση του Υπουργού Οικονομικών αριθ. 2039965/6169/0025/6.7.1995 και είχαν υπαχθεί στις διατάξεις της Κ.Υ.Α. 66336/B.1398/14.9.1993,

- στα νέα δάνεια που απορρέουν από την παρούσα ρύθμιση θα παρασχεθεί η εγγύηση του Ελληνικού Δημοσίου σύμφωνα με τις διατάξεις του νόμου αριθ. 2322/95,
- μετά τη ρύθμιση θα εξετάζεται η δυνατότητα χορήγησης δανείου κεφαλαίου κίνησης με την εγγύηση του Ελληνικού Δημοσίου μέχρι συνολικού ποσού 100 000 000 δραχμών (100 000 000 GRD) κατά επιχείρηση στα πλαίσια των διατάξεων της αριθ. 32576/B.1282/9.10.1997 απόφασης του υπουργού Εθνικής Οικονομίας και Οικονομικών,
- σε περίπτωση μη καταβολής δύο δόσεων με αναλογούντες τόκους ή τοκοχρεωλυσιών που προκύπτουν από τη νέα ρύθμιση, ολόκληρο το δάνειο καθίσταται αμέσως ληξιπρόθεσμο και απαιτητό,
- προϋπόθεση για την υπαγωγή των επιχειρήσεων στις ρυθμίσεις της παρούσας απόφασης είναι οι επιχειρήσεις να είναι βιώσιμες. Μελέτη βιωσιμότητας θα προσκομίζεται στην Τράπεζα που έχει τις περισσότερες οφειλές, η οποία και θα αξιολογεί τη μελέτη. Σε περίπτωση θετικής αξιολόγησης, η μελέτη θα προσκομίζεται στην 25η Διεύθυνση του Υπουργείου Οικονομικών για έγκριση της ρύθμισης με την εγγύηση του Ελληνικού Δημοσίου.

Αξιολόγηση

21. Δυνάμει του άρθρου 87, παράγραφος 1 της Συνθήκης, ενισχύσεις που χορηγούνται υπό οποιαδήποτε μορφή από τα κράτη ή με κρατικούς πόρους και που νοθεύουν ή απειλούν να νοθεύσουν τον ανταγωνισμό δια της ευνοϊκής μεταχειρίσεως ορισμένων επιχειρήσεων ή ορισμένων κλάδων παραγωγής είναι ασυμβίβαστες με την κοινή αγορά, κατά το μέτρο που επηρεάζουν τις μεταξύ κρατών μελών συναλλαγές. Στο παρόν στάδιο, το εξεταζόμενο μέτρο φαίνεται να αντιστοιχεί με τον ορισμό αυτό, κατά την έννοια ότι ευνοεί ορισμένες επιχειρήσεις των οποίων ελαφρύνει το βάρος ορισμένων τρεχουσών δαπανών (των βιομηχανικών και βιοτεχνικών επιχειρήσεων, σύμφωνα με τον τίτλο της απόφασης αριθ. 69836/B.1461 της 30ης Σεπτεμβρίου 1993, αλλά επίσης, λαμβανομένων υπόψη των πληροφοριών που περιήλθαν στην Επιτροπή, των επιχειρήσεων μεταποίησης και εμπορίας γεωργικών προϊόντων του τομέα των λιπαρών ουσιών), και ότι δύναται να επηρεάσει τις συναλλαγές λόγω της θέσης που κατέχει η Ελλάδα στις αντίστοιχες παραγωγές (για παράδειγμα, στον γεωργικό τομέα και ειδικότερα στις λιπαρές ουσίες, η Ελλάδα είχε το 2000 ποσοστό 21,6 % της κοινοτικής παραγωγής ελιών, και 17,6 % το 2001).
22. Εντούτοις, στις προβλεπόμενες από το άρθρο 87 παράγραφοι 2 και 3 της Συνθήκης περιπτώσεις, ορισμένα μέτρα δύνανται, κατά παρέκκλιση, να θεωρηθούν ως συμβιβάσιμα με την κοινή αγορά.

23. Στη συγκεκριμένη περίπτωση, θα μπορούσε να προταθεί μόνον η παρέκκλιση που προβλέπεται από το άρθρο 87 παράγραφος 3, στοιχείο γ) της Συνθήκης, που αναφέρει ότι δύνανται να θεωρηθούν ότι συμβιβάζονται με την κοινή αγορά οι ενισχύσεις για την προώθηση της αναπτύξεως ορισμένων οικονομικών δραστηριοτήτων ή οικονομικών περιοχών, εφόσον δεν αλλοιώνουν τους όρους των συναλλαγών κατά τρόπο που θα αντέκετο προς το κοινό συμφέρον.

24. Η Επιτροπή θα ήθελε, πάνω απ' όλα, να τονίσει ότι τα εξεταζόμενα στο πλαίσιο του παρόντος φακέλου μέτρα είναι συνολικά παρόμοια με αυτά που εφαρμόστηκαν στους νομούς Καστοριάς και Εύβοιας, και τα οποία αποτελούν τώρα το αντικείμενο διαδικασίας εξέτασης που κινήθηκε βάσει του άρθρου 88 παράγραφος 2 της συνθήκης, στο πλαίσιο του φακέλου C 23/04 (πρώην NN 153/03). Συνεπώς, ορισμένες από τις παρακάτω πληροφορίες προέρχονται από το φάκελο αυτό.

25. Σύμφωνα με τις πληροφορίες των οποίων η Επιτροπή έλαβε γνώση, όλα τα ανωτέρω περιγραφόμενα μέτρα ενδεχομένως περιέχουν ορισμένες μορφές κρατικών ενισχύσεων, λαμβανομένου υπόψη του γεγονότος ότι έχουν θεσπιστεί και χρηματοδοτηθεί από τις δημόσιες αρχές (βλ. σημείο 7 δεύτερη περίπτωση και υποσημείωση αριθ. 1):

- α) η ομαδοποίηση, στα πλαίσια νέων δανείων δεκαετούς διάρκειας, υφισταμένων μέχρι 30 Ιουνίου 1993 ληξιπρόθεσμων και μη οφειλών, προερχόμενων από τραπεζικά δάνεια για πάγιες εγκαταστάσεις και για κεφάλαια κίνησης·
- β) ο υπολογισμός των τόκων ανά εξάμηνο αντί του τρίμηνου που κανονικά ισχύει για κάθε επιχείρηση που συνάπτει δάνεια·
- γ) η εφαρμογή επιτοκίου ισοδύναμου προς αυτό των εντόκων γραμματίων του Δημοσίου δωδεκάμηνης διάρκειας (και αυτό ανεξάρτητα από τον αριθμό των εκατοστιαίων μονάδων προσαύξησης), λαμβανομένου υπόψη του γεγονότος ότι εφαρμόζεται ακόμη μία σημαντική επιδότηση των επιτοκίων· η υφιστάμενη πριν από οποιαδήποτε επιδότηση διαφορά μεταξύ των επιτοκίων που εφαρμόζονται στις υπαγόμενες στη ρύθμιση των οφειλών τους επιχειρήσεις, και των επιτοκίων επιβάλλονται στις άλλες επιχειρήσεις, εμφανίζεται στον παρακάτω συγκριτικό πίνακα ⁽²⁾:

Ημερομηνία	Επιτόκιο των ετήσιων εντόκων γραμματίων δημοσίου % (+ προσαύξηση)	Μέσος όρος των κανονικών επιτοκίων (%)
30.6.1993	$21,25 + 2 = 23,25$	28,60
31.12.1993	$20,25 + 2 = 22,25$	
15.7.1994	$20,25 + 2 = 22,25$	27,40
16.12.1994	$17,75 + 2 = 19,75$	
17.7.1995	$15,50 + 2 = 17,50$	23,10
18.12.1995	$13,90 + 2 = 15,90$	

⁽²⁾ Τα επιτόκια των ετήσιων εντόκων γραμματίων Δημοσίου και τα κοινοτικά επιτόκια κοινοποιήθηκαν από τον καταγγέλλοντα στο πλαίσιο του φακέλου C23/04).

Ημερομηνία	Επιτόκιο των ετήσιων εντόκων γραμματίων δημοσίου % (+ προσαύξηση)	Μέσος όρος των κανονικών επιτοκίων (%)
1.7.1996	$13,30 + 2 = 15,30$	21
2.12.1996	$11,50 + 2 = 13,50$	
1.7.1997	$9,60 + 2 = 11,60$	18,20
10.12.1997	$11,30 + 2 = 13,30$	
1.7.1998	$11,70 + 2 = 13,70$	18,60
2.12.1998	$10,50 + 2 = 12,50$	
2.7.1999	$8,69 + 2 = 10,69$	15,00
17.12.1999	$8,26 + 2 = 10,26$	
28.7.2000	$6,22 + 2 = 8,22$	12,33
22.12.2000	$4,59 + 2 = 6,59$	
30.8.2001	$3,74 + 2 = 5,74$	8,58
13.12.2001	$3,02 + 2 = 5,02$	
6.6.2002	$3,72 + 2 = 5,72$	7,40
28.11.2002	$2,69 + 2 = 4,69$	7,24

δ) η χορήγηση επιδότησης επιτοκίων κατά δέκα μονάδες επί του συνόλου του ποσού των δανείων, στη διάρκεια των πέντε πρώτων ετών (η επιδότηση υπολογίζεται στα προσαυξημένα επιτόκια που αναφέρονται στη δεύτερη στήλη του ανωτέρω πίνακα)·

ε) η παροχή της εγγύησης του Δημοσίου στους τόκους και στο κεφάλαιο των ρυθμιζόμενων οφειλών (αυτό ισχύει για όλα τα δάνεια στα οποία αναφέρεται η παρούσα απόφαση)·

στ) η ανάληψη από το Ελληνικό Δημόσιο των τόκων υπερημερίας μέχρι 31 Δεκεμβρίου 1992 για δάνεια πάγιων εγκαταστάσεων και κεφαλαίων κίνησης των βιομηχανικών και βιοτεχνικών επιχειρήσεων·

ζ) η περίοδος χάριτος στην αποπληρωμή με μικρότερη επιδότηση επιτοκίου, που προτείνεται εναλλακτικά σε σχέση με την προαναφερόμενη στο σημείο δ) επιδότηση·

η) το γεγονός ότι οι τόκοι της περιόδου χάριτος, που βαρύνουν τον δανειοδότη, κεφαλαιοποιούνται στα πλαίσια του ρυθμιζόμενου δανείου και μπορούν έτσι να τύχουν της εφαρμοζόμενης στο νέο δάνειο επιδότησης επιτοκίου·

θ) οι επιμηκύνσεις των περιόδων χάριτος σε περίπτωση αδυναμίας πληρωμής·

ι) η κεφαλαιοποίηση, χωρίς ανατοκισμό, των τόκων της περιόδου χάριτος που παραμένουν προς πληρωμή·

- ια) η ομαδοποίηση των ανεξόφλητων μέχρι την 1η Ιανουαρίου 1998 οφειλών σε νέα δάνεια διάρκειας 15 ετών, με περίοδο χάριτος 5 ετών και κεφαλοποίηση των τόκων των δύο πρώτων εξαμήνων, οι οποίες δύνανται να προστεθούν στο κεφάλαιο του δανείου και να καλυφθούν έτσι από τις προαναφερθείσες επιδοτήσεις επιτοκίου·
- ιβ) η επιδότηση επιτοκίων στα νέα αυτά δάνεια, διαμορφούμενη σε συνάρτηση με τις προαναφερόμενες στην περιγραφή υπουργικές αποφάσεις, η οποία ίσχυε κατά το χρόνο της ρύθμισης και επιμικνύθηκε χρονικά·
- ιγ) η ομαδοποίηση, στα πλαίσια νέων δανείων διάρκειας 13 ετών, ληξιπρόθεσμων και μη οφειλών στις 30 Ιουνίου 2000, με το επιτόκιο που ισχύει για τα γραμμάτια του Δημοσίου, προσαυξημένο κατά 35 % (βλέπε ανωτέρω συγκριτικό πίνακα).
26. Όλα αυτά τα στοιχεία πιθανών ενισχύσεων πρέπει να τύχουν ανάλυσης από δύο απόψεις: αυτή της εφαρμογής τους στον γεωργικό τομέα και αυτήν της εφαρμογής τους στο βιομηχανικό και βιοτεχνικό τομέα, λαμβανομένων γενικότερα υπόψη των παρατηρήσεων που διατυπώθηκαν από τις ελληνικές αρχές την 1η Ιουλίου 2004, σε απάντησή τους στις ερωτήσεις των υπηρεσιών της Επιτροπής, της 22ας Απριλίου 2004. Δεδομένου ότι οι ενισχύσεις είναι της ίδιας φύσης με τις εξεταζόμενες στο πλαίσιο του εκκρεμούντος φακέλου C 23/04, οι αμφιβολίες τις οποίες διατυπώνει η Επιτροπή στο πλαίσιο του φακέλου αυτού εξακολουθούν, στο στάδιο αυτό, να ισχύουν. Οι εν λόγω αμφιβολίες εκτίθενται παρακάτω, τηρουμένων των αναλογιών.
- Όσον αφορά τον γεωργικό τομέα
27. Η Επιτροπή σημειώνει ότι, στην επιστολή τους της 1ης Ιουλίου 2004, οι ελληνικές αρχές διευκρίνισαν ότι, σύμφωνα με τα διαθέσιμα στοιχεία, το συνολικό ποσό των επιδοτήσεων επιτοκίου που παρασχέθηκαν στη διάρκεια του διαστήματος εφαρμογής των προαναφερομένων στην περιγραφή υπουργικών αποφάσεων, έφθασε τα 32 εκατομμύρια ευρώ· όσον αφορά τις καταβληθείσες εγγυήσεις του Δημοσίου, αυτές ανήλθαν σε 22 εκατομμύρια ευρώ, από τα οποία το μεγαλύτερο μέρος έχει ήδη επιστραφεί από τους δικαιούχους στο Δημόσιο. Τέλος, προσέθεσαν ότι δεν διέθεταν αναλυτικά στοιχεία ανά επιχείρηση και νομό, μπορούσαν ωστόσο να εκτιμήσουν ότι ο κύριος όγκος των κατ' αυτόν τον τρόπο χορηγηθεισών ενισχύσεων αφορούσε ποσά τα οποία εμπίπτουν στον κανόνα *de minimis* (βάσει δε αυτού θα μπορούσαμε να θεωρήσουμε ότι δεν πληρούν όλους τους όρους εφαρμογής του άρθρου 87 παράγραφος 1 της Συνθήκης και δεν συνιστούν, ως εκ τούτου, κρατικές ενισχύσεις).
28. Καθώς πρόκειται για μη κοινοποιηθείσες ενισχύσεις, αυτές θα πρέπει να εξεταστούν με βάση τους ισχύοντες κατά το χρόνο της χορήγησής τους κανόνες και κατευθυντήριες γραμμές, σύμφωνα με τις διατάξεις του σημείου 23.3 δεύτερο εδάφιο των κατευθυντηρίων γραμμών της Κοινότητας όσον αφορά τις κρατικές ενισχύσεις στον γεωργικό τομέα ^(*).
29. Αλλά, κατά τις ημερομηνίες έναρξης ισχύος της απόφασης αριθ. 66336/B.1398 και των τροποποιήσεών της, ο κανόνας *de minimis*, ο οποίος είχε προσδιοριστεί στο κοινοτικό
- πλαίσιο των ενισχύσεων στις μικρομεσαίες επιχειρήσεις του 1992 ^(*), εν είχε εφαρμογή στον γεωργικό τομέα ^(*).
30. Βεβαίως, θεσπίστηκε ένας κανόνας *de minimis*, στο πλαίσιο του γεωργικού τομέα, με τον κανονισμό (ΕΚ) αριθ. 1860/2004 της Επιτροπής, της 6ης Δεκεμβρίου 2004, σχετικά με την εφαρμογή των άρθρων 87 και 88 της Συνθήκης ΕΚ στις ενισχύσεις ήσσονος σημασίας στους τομείς της γεωργίας και της αλιείας ^(*). Ο εν λόγω κανονισμός, ο οποίος εφαρμόζεται επίσης στις χορηγηθείσες πριν την έναρξη της ισχύος του ενισχύσεις, εφόσον αυτές πληρούν τους όρους των άρθρων 1 και 3, ορίζεται στο άρθρο 3 παράγραφος 2 ότι το σύνολο των ενισχύσεων ήσσονος σημασίας που χορηγούνται σε οιαδήποτε επιχείρηση δεν μπορεί να υπερβαίνει το ποσό των 3 000 ευρώ σε περίοδο τριών ετών, το δε ανώτατο όριο αυτό εφαρμόζεται ανεξάρτητα από τη μορφή ή τον επιδιωκόμενο στόχο των ενισχύσεων.
31. Στο παρόν όμως στάδιο, η Επιτροπή δεν διαθέτει κανένα δεδομένο που να της επιτρέπει να προσδιορίσει το μέτρο κατά το οποίο εισπραχθέντα από τις γεωργικές επιχειρήσεις ποσά, κατ' εφαρμογή της αποφάσεως αριθ. 66336/B.1398 και των τροποποιήσεών της, μπορούν ενδεχομένως να εμπίπτουν στο πεδίο εφαρμογής του κανονισμού (ΕΚ) αριθ. 1860/2004 της Επιτροπής.
32. Λαμβανομένων υπόψη των σκέψεων που αναπτύχθηκαν στα σημεία 27 έως 30, η Επιτροπή δεν δύναται παρά να αμφιβάλλει, στο παρόν στάδιο, σχετικά με τη δυνατότητα εφαρμογής του κανόνα *de minimis* στις χορηγηθείσες στον γεωργικό τομέα ενισχύσεις και, ως εκ τούτου, σχετικά με το συμβιβασμό τους με την κοινή αγορά.
33. Πράγματι, σύμφωνα με την απόφαση αριθ. 66336/B.1398, οι επιχειρήσεις θα έπρεπε να είναι βιώσιμες μετά τη ρύθμιση των οφειλών τους (βλέπε ανωτέρω σημείο 8), πράγμα που συνεπάγεται ότι κατά το χρόνο της πράξεως ρύθμισης, οι επιχειρήσεις θα έπρεπε να είναι προβληματικές.
34. Κατά τον χρόνο έναρξης ισχύος της απόφασης αριθ. 66336/B.1398, η Επιτροπή ακολουθούσε την πολιτική να θεωρεί ότι οι ενισχύσεις στις προβληματικές επιχειρήσεις, όπως είναι οι ανωτέρω περιγραφόμενες, συνιστούσαν ενισχύσεις στη λειτουργία, οι οποίες δεν μπορούσαν, καταρχήν, να θεωρηθούν ως συμβιβασίμες με την κοινή αγορά παρά μόνον εάν πληρούσαν τις κατωτέρω τρεις προϋποθέσεις:
- α) οι εν λόγω ενισχύσεις θα έπρεπε να αφορούν χρηματοοικονομικά βάρη δανείων συναφθέντων για τη χρηματοδότηση ήδη πραγματοποιηθεισών επενδύσεων·
 - β) το σωρευτικό ισοδύναμο επιδότησης των ενισχύσεων που ενδεχομένως είχαν χορηγηθεί κατά τη σύναψη των δανείων και των εν λόγω ενισχύσεων δεν θα μπορούσε να υπερβαίνει τους γενικώς παραδεκτούς συντελεστές, ήτοι:
 - για τις επενδύσεις στο επίπεδο της πρωτογενούς γεωργικής παραγωγής: 35 % ή 75 % στις μειονεκτικές περιοχές κατά την έννοια της οδηγίας 75/268/ΕΟΚ,

^(*) ΕΕ C 213 της 19.8.1992, σ. 2.

^(*) Ο κανόνας αυτός στη συνέχεια επαναπροσδιορίστηκε, στην ανακοίνωση της Επιτροπής σχετικά με τις ενισχύσεις *de minimis* του 1996 (ΕΕ C 68 της 6.3.1996, σ. 9), και μετά στον κανονισμό (ΕΚ) αριθ. 69/2001 της Επιτροπής, της 12ης Ιανουαρίου 2001, για την εφαρμογή των άρθρων 87 και 88 της συνθήκης ΕΚ στις ενισχύσεις ήσσονος σημασίας (ΕΕ L 10 της 13.1.2001, σ. 30).

^(*) ΕΕ L 325 της 23.3.1994, σ. 4.

^(*) ΕΕ C 232 της 12.8.2000, σ. 17.

- για τις επενδύσεις στο επίπεδο της μεταποίησης ή της εμπορίας γεωργικών προϊόντων: 55 % ή 75 % στις περιοχές στόχου 1, για τα σχέδια που είναι σύμφωνα με τα τομεακά προγράμματα ή με κάποιον από τους στόχους του άρθρου 1 του κανονισμού (ΕΟΚ) αριθ. 866/90, και 35 % (ή 50 % στις περιοχές στόχου 1) για τα λοιπά σχέδια, στο μέτρο που δεν αποκλείονται βάσει των κριτηρίων επιλογής που αναφέρονται στο σημείο 2 του παραρτήματος της απόφασης 90/342/ΕΟΚ (ή της απόφασης 94/173/ΕΟΚ).
- γ) οι εν λόγω ενισχύσεις θα έπρεπε να ήταν μεταγενέστερες αναπροσαρμογών των επιτοκίων των νέων δανείων που πραγματοποιούνται ώστε να λαμβάνεται υπόψη η διακύμανση των επιτοκίων (το δε ποσό των ενισχύσεων θα έπρεπε να είναι κατώτερο από ή ίσο προς τη διαφορά των επιτοκίων των νέων δανείων) ή θα έπρεπε να αφορούν γεωργικές εκμεταλλεύσεις που να παρέχουν εγγυήσεις βιωσιμότητας, ιδίως στην περίπτωση που τα χρηματοοικονομικά βάρη των υφιστάμενων δανείων είναι τέτοια που να κινδυνεύει η βιωσιμότητα των εκμεταλλεύσεων ή και να κινδυνεύουν να χρεωκοπήσουν.
35. Το 1997, οι προϋποθέσεις αυτές αντικαταστάθηκαν από τις διατάξεις των κοινοτικών κατευθυντήριων γραμμών όσον αφορά τις κρατικές ενισχύσεις για τη διάσωση και την αναδιάρθρωση προβληματικών επιχειρήσεων ⁽⁷⁾. Το σημείο 4.4 των εν λόγω κατευθυντήριων γραμμών ορίζει ότι “όσον αφορά τον γεωργικό τομέα, [οι κατευθυντήριες γραμμές] θα αρχίσουν να ισχύουν την 1η Ιανουαρίου 1998 για τις νέες κρατικές ενισχύσεις και για τις υφιστάμενες κρατικές ενισχύσεις ισχύει η ίδια ημερομηνία, σε περίπτωση δε που η Επιτροπή έχει κινήσει στο πλαίσιο αυτό τη διαδικασία του άρθρου 93 (σήμερα άρθρου 88), παράγραφος 2 της Συνθήκης κατά ενός ή περισσότερων κρατών μελών, αφού η Επιτροπή εκδώσει την οριστική απόφαση έναντι του (των) συγκεκριμένου(ων) κράτους (κρατών) μέλους (μελών) βάσει του άρθρου 93 (σήμερα άρθρου 88) παράγραφος 2 της Συνθήκης”.
36. Οι κοινοτικές κατευθυντήριες γραμμές για τις κρατικές ενισχύσεις για τη διάσωση και την αναδιάρθρωση των προβληματικών επιχειρήσεων, του 1997, των οποίων η εφαρμογή παρατάθηκε με την Ανακοίνωση της Επιτροπής του 1998 σχετικά με την παράταση ισχύος των κοινοτικών κατευθυντήριων γραμμών για τις κρατικές ενισχύσεις για τη διάσωση και την αναδιάρθρωση προβληματικών επιχειρήσεων ⁽⁸⁾, αντικαταστάθηκαν από νέες κατευθυντήριες γραμμές στις 9 Οκτωβρίου 1999 ⁽⁹⁾. Στο σημείο 6.3 των νέων αυτών κατευθυντήριων γραμμών, αναφέρεται ότι “τα κράτη μέλη πρέπει να προσαρμόσουν τα καθεστώτα ενισχύσεων διάσωσης και αναδιάρθρωσης που εφαρμόζουν και που παραμένουν σε ισχύ μετά τις 30 Ιουνίου 2000 και να τα ευθυγραμμίσουν με τις ... κατευθυντήριες γραμμές ... μετά την ημερομηνία αυτή”. Επίσης, “για να μπορέσει η Επιτροπή να ελέγξει την προσαρμογή αυτή, τα κράτη μέλη [πρέπει να της διαβιβάσουν] πριν τις 31 Δεκεμβρίου 1999, κατάσταση με όλα αυτά τα καθεστώτα. Εν συνεχεία, και εν πάση περιπτώσει, πριν από τις 30 Ιουνίου 2000, πρέπει να της διαβιβάσουν επαρκή στοιχεία που θα της επιτρέψουν να διαπιστώσει κατά πόσον τα καθεστώτα αυτά τροποποιήθηκαν σύμφωνα με τις ... κατευθυντήριες γραμμές”.
37. Από τις 10 Οκτωβρίου 1999, οι κοινοτικές κατευθυντήριες γραμμές για τη διάσωση και την αναδιάρθρωση των προβληματικών επιχειρήσεων του 1999 αντικαταστάθηκαν από νέες κατευθυντήριες γραμμές ⁽¹⁰⁾. Σ’ αυτές, και συγκεκριμένα στο σημείο 104, ορίζεται:
- “104. Η Επιτροπή θα εξετάζει κατά πόσον συμβιβάζεται με την κοινή αγορά κάθε ενίσχυση διάσωσης και αναδιάρθρωσης η οποία χορηγείται χωρίς την άδειά της και, επομένως, κατά παράβαση του άρθρου 88 παράγραφος 3 της Συνθήκης, με βάση τις παρούσες κατευθυντήριες γραμμές, εάν η ενίσχυση ή μέρος αυτής χορηγήθηκε χωρίς τη δημοσίευσή τους στην *Επίσημη Εφημερίδα των Ευρωπαϊκών Κοινοτήτων*.
- Όλες τις άλλες περιπτώσεις, η Επιτροπή θα τις εξετάζει με βάση τις κατευθυντήριες γραμμές που ισχύουν κατά το χρόνο χορήγησης της ενίσχυσης.”
38. Στη συγκεκριμένη περίπτωση, οι ελληνικές αρχές δεν διευκρίνισαν, στην επιστολή τους της 1ης Ιουλίου 2004, κατά πόσον η υπουργική απόφαση αριθ. 66336/Β.1398 και οι τροποποιήσεις της, παρέμεναν σε ισχύ. Συνεπώς, η Επιτροπή δεν δύναται να αποκλείσει ότι ορισμένες ενισχύσεις καταβλήθηκαν μετά τη 10η Οκτωβρίου 2004, πράγμα που θα δικαιολογούσε να γίνει ανάλυση αποκλειστικά βάσει των κατευθυντήριων γραμμών του 2004. Λαμβανομένης όμως υπόψη της αβεβαιότητας που περιβάλλει την εφαρμογή της υπουργικής αποφάσεως αριθ. 66336/Β.1398 και των τροποποιήσεών της, μετά τη 10η Οκτωβρίου 2004, η Επιτροπή θα προχωρήσει επίσης σε ανάλυση των ενισχύσεων με βάση όλες τις προαναφερόμενες στα σημεία 35 έως 35 διατάξεις.
- Ενισχύσεις που χορηγήθηκαν μεταξύ 21ης Σεπτεμβρίου 1993 ⁽¹¹⁾ και 31ης Δεκεμβρίου 1997*
39. Όσον αφορά τους κανόνες που εφαρμόζονται στις κρατικές ενισχύσεις για προβληματικές επιχειρήσεις μεταξύ της ημερομηνίας έναρξης ισχύος της αποφάσεως αριθ. 66336/Β.1398 (την 1η Οκτωβρίου 1993) και 31ης Δεκεμβρίου 1997 (για τους παρατιθέμενους στο σημείο 34 λόγους), η Επιτροπή διαπιστώνει τα εξής:
- οι ενισχύσεις θα έπρεπε να αφορούν αποκλειστικώς δάνεια για επενδύσεις· όμως, στην περίπτωση των εν λόγω μέτρων, τα δάνεια που έχουν υπαχθεί σε ρύθμιση φαίνεται ότι είχαν επίσης ως σκοπό τη σύσταση ή/και τροφοδότηση κεφαλαίων κίνησης,
- στο παρόν στάδιο και λόγω ελλείψεως πληροφοριών, η Επιτροπή δεν γνωρίζει κατά πόσον τα επενδυτικά δάνεια (για πάγιες εγκαταστάσεις) που υπήχθησαν στη ρύθμιση είχαν ήδη τύχει κρατικής ενισχύσεως· της είναι συνεπώς αδύνατο να προσδιορίσει κατά πόσον το ισοδύναμο επιδότησης της ενίσχυσης ή των ενισχύσεων που χορηγήθηκαν για τα δάνεια παραμένει εντός των αποδεκτών ορίων, δηλαδή στη συγκεκριμένη περίπτωση αυτή έχουν χορηγηθεί ενισχύσεις στον τομέα της μεταποίησης και της εμπορίας γεωργικών προϊόντων (λιπαρές ουσίες) και ότι η Ελλάδα κατατάσσεται στο στόχο 1,

⁽⁷⁾ ΕΕ C 283 της 19.9.1997, σ. 2.

⁽⁸⁾ ΕΕ C 74 της 19.8.1992, σ. 31.

⁽⁹⁾ ΕΕ C 288 της 9.10.1999, σ. 2.

⁽¹⁰⁾ ΕΕ C 244 της 1.10.2004, σ. 2.

⁽¹¹⁾ Ημερομηνία δημοσίευσης της αποφάσεως αριθ. 66336/Β.1398 στην ελληνική Εφημερίδα της Κυβερνήσεως, η οποία συμπίπτει με την ημερομηνία έναρξης ισχύος των διατάξεων της.

- ελλείπει πληροφοριών, η Επιτροπή δεν είναι σε θέση να προσδιορίσει κατά πόσον οι χρηματοδοτηθείσες από τα δάνεια επενδύσεις που υπήχθησαν στη ρύθμιση ήταν σύμφωνες με τους όρους της αποφάσεως 90/342/ΕΟΚ της Επιτροπής σχετικά με τη θέσπιση των κριτηρίων επιλογής που πρέπει να λαμβάνονται υπόψη για τις επενδύσεις που αφορούν τη βελτίωση των συνθηκών μεταποίησης και εμπορίας των αγροτικών προϊόντων και προϊόντων δασοκομίας⁽¹²⁾, όπως επίσης προς τα οριζόμενα από την απόφαση 94/173/ΕΟΚ της Επιτροπής της 22ας Μαρτίου 1994, για την κατάρτιση κριτηρίων επιλογής που πρέπει να ληφθούν υπόψη για τις επενδύσεις όσον αφορά τη βελτίωση των συνθηκών μεταποίησης και εμπορίας των γεωργικών προϊόντων και προϊόντων δασοκομίας και για την κατάργηση της απόφασης 90/342/ΕΟΚ⁽¹³⁾.
40. Λαμβανομένων υπόψη των σκέψεων αυτών, η Επιτροπή ασφαλώς αμφιβάλλει, στο παρόν στάδιο, σχετικά με την τήρηση των προαναφερομένων στο σημείο 33 προϋποθέσεων, και συνεπώς όσον αφορά το συμβιβάσιμο με την κοινή αγορά των εν λόγω ενισχύσεων που χορηγήθηκαν μεταξύ 1ης Οκτωβρίου 1993 και 31ης Δεκεμβρίου 1997.
41. Οι αμφιβολίες αυτές ενισχύονται ακόμη από το γεγονός ότι, μέχρι σήμερα, τίποτε δεν επιτρέπει στην Επιτροπή να διαπιστώσει ότι η παρεχόμενη από Δημόσιο εγγύηση για την πράξη ρύθμισης των οφειλών συνάδει με τους κανόνες σε θέματα κρατικών ενισχύσεων που χορηγούνται υπό τη μορφή εγγυήσεων, κανόνες που εφαρμόζονταν κατά την ημερομηνία έναρξης ισχύος της αποφάσεως αριθ. 66336/B.1398⁽¹⁴⁾.
- Ενισχύσεις που χορηγήθηκαν μεταξύ 1ης Ιανουαρίου 1998 και 30ής Ιουνίου 2000*
42. Ελλείπει πληροφοριών, η Επιτροπή δεν είναι σε θέση να προσδιορίσει κατά πόσον οι ελληνικές αρχές έχουν προσαρμόσει τα εν λόγω μέτρα ενισχύσεων στις διατάξεις των κοινοτικών κατευθυντήριων γραμμών για τις κρατικές ενισχύσεις στη διάσωση και αναδιάρθρωση των προβληματικών επιχειρήσεων, του 1997.
43. Στο πλαίσιο αυτό και στο παρόν στάδιο, η Επιτροπή ασφαλώς αμφιβάλλει για το συμβιβάσιμο των εν λόγω μέτρων ενίσχυσης με την κοινή αγορά στη διάρκεια της εξεταζόμενης περιόδου.
44. Οι αμφιβολίες αυτές ενισχύονται ακόμη από το γεγονός ότι μέχρι σήμερα, τίποτε δεν επιτρέπει στην Επιτροπή να διαπιστώσει ότι η παρεχόμενη από Δημόσιο εγγύηση για την πράξη ρύθμισης των οφειλών συνάδει με τους κανόνες σε θέματα κρατικών ενισχύσεων που χορηγούνται υπό τη μορφή εγγυήσεων, που ίσχυαν στη διάρκεια της εξεταζόμενης περιόδου⁽¹⁵⁾.
- Ενισχύσεις που χορηγήθηκαν μεταξύ 1ης Ιουλίου 2000 και 9ης Οκτωβρίου 2004*
45. Ελλείπει πληροφοριών, η Επιτροπή δεν είναι σε θέση να προσδιορίσει κατά πόσον οι ελληνικές αρχές έχουν προσαρμόσει τα εν λόγω μέτρα ενισχύσεων στις διατάξεις των κοινοτικών κατευθυντήριων γραμμών για τις κρατικές ενισχύσεις στη διάσωση και αναδιάρθρωση των προβληματικών επιχειρήσεων, του 1999.
46. Στο πλαίσιο αυτό και στο παρόν στάδιο, η Επιτροπή ασφαλώς αμφιβάλλει για το συμβιβάσιμο των εν λόγω μέτρων ενίσχυσης με την κοινή αγορά στη διάρκεια της εξεταζόμενης περιόδου.
47. Οι αμφιβολίες αυτές ενισχύονται ακόμη από το γεγονός ότι μέχρι σήμερα, τίποτε δεν επιτρέπει στην Επιτροπή να διαπιστώσει ότι η παρεχόμενη από Δημόσιο εγγύηση για την πράξη ρύθμισης των οφειλών συνάδει με τους κανόνες σε θέματα κρατικών ενισχύσεων που χορηγούνται υπό τη μορφή εγγυήσεων, που ίσχυαν στη διάρκεια της εξεταζόμενης περιόδου⁽¹⁶⁾.
- Ενισχύσεις μεταγενέστερες της 9ης Οκτωβρίου 2004*
48. Ελλείπει πληροφοριών, η Επιτροπή δεν είναι σε θέση να προσδιορίσει κατά πόσον οι ελληνικές αρχές έχουν προσαρμόσει τα εν λόγω μέτρα ενισχύσεων στις διατάξεις των κοινοτικών κατευθυντήριων γραμμών για τις κρατικές ενισχύσεις στη διάσωση και αναδιάρθρωση των προβληματικών επιχειρήσεων, του 2004.
49. Στο πλαίσιο αυτό και στο παρόν στάδιο, η Επιτροπή ασφαλώς αμφιβάλλει για το συμβιβάσιμο των εν λόγω μέτρων ενίσχυσης με την κοινή αγορά στη διάρκεια της εξεταζόμενης περιόδου.
50. Οι αμφιβολίες αυτές ενισχύονται ακόμη από το γεγονός ότι μέχρι σήμερα, τίποτε δεν επιτρέπει στην Επιτροπή να διαπιστώσει ότι η παρεχόμενη από Δημόσιο εγγύηση για την πράξη ρύθμισης των οφειλών συνάδει με τους κανόνες σε θέματα κρατικών ενισχύσεων που χορηγούνται υπό τη μορφή εγγυήσεων, που ίσχυαν στη διάρκεια της εξεταζόμενης περιόδου⁽¹⁷⁾.
- Όσον αφορά το βιομηχανικό και βιοτεχνικό τομέα*
51. Στους δύο αυτούς τομείς, ο κανόνας de minimis στον οποίο παραπέμπουν οι αρχές, όντως εφαρμόζεται. Εντούτοις, η Επιτροπή διερωτάται πώς οι ελληνικές αρχές μπορούν να εκτιμήσουν ότι τα ποσά ενισχύσεων τα οποία ανέφεραν (βλ. ανωτέρω σημείο 26) υπάγονται στον κανόνα de minimis (ότι δηλαδή χορηγήθηκαν τηρουμένων των όρων που καθορίζονται στα διάφορα προαναφερόμενα στο σημείο 28 κείμενα και στην υποσημείωση της σελίδας 5), στο μέτρο που δεν φαίνεται να γνωρίζουν τον ακριβή αριθμό των δικαιούχων που υπήχθησαν στο καθεστώς (το τελευταίο αυτό σημείο μας υποχρεώνει επίσης να αναρωτηθούμε με ποιον τρόπο ήταν οι ελληνικές αρχές σε θέση να προσδιορίσουν αυτό καθαυτό το ποσό των ενισχύσεων που χορηγήθηκαν) και στο μέτρο που τα ανώτατα όρια τα υπαγόμενα στον κανόνα de minimis υπολογίζονται βάσει τριετούς περιόδου, και όχι σε σχέση με μια μεμονωμένη πράξη.

⁽¹²⁾ ΕΕ L 163 της 29.6.1990, σ. 71.

⁽¹³⁾ ΕΕ L 79 της 23.3.1994, σ. 29.

⁽¹⁴⁾ Πρβλ. επιστολές της Επιτροπής στα κράτη μέλη SG89D/4328 της 5ης Απριλίου 1989 και SG89D/12772 της 12ης Οκτωβρίου 1989 καθώς και σημείο 38 της ανακοίνωσης της Επιτροπής προς τα κράτη μέλη σχετικά με την εφαρμογή των άρθρων 92 και 93 της Συνθήκης και του άρθρου 5 της οδηγίας 80/723/ΕΟΚ της Επιτροπής στις δημόσιες επιχειρήσεις του τομέα μεταποίησης (ΕΕ C 307 της 13.11.1993, σ. 3).

⁽¹⁵⁾ Πρβλ. υποσημείωση 14 + ανακοίνωση της Επιτροπής για την εφαρμογή των άρθρων 87 και 88 της Συνθήκης ΕΚ στις κρατικές ενισχύσεις με τη μορφή εγγυήσεων (ΕΕ C 71 της 11.3.2000, σ. 14).

⁽¹⁶⁾ Ανακοίνωση της Επιτροπής του έτους 2000 (πρβλ. υποσημείωση 15).

⁽¹⁷⁾ Βλ. υποσημείωση 16.

52. Σε μια τέτοια κατάσταση όπου, στο παρόν στάδιο, είναι αδύνατο να προσδιοριστεί κατά πόσον οι ενισχύσεις που χορηγήθηκαν στις βιομηχανικές και βιοτεχνικές επιχειρήσεις των εν λόγω δύο νομών υπάγονται πράγματι στον κανόνα *de minimis*, ότι δηλαδή δεν συνιστούν κρατικές ενισχύσεις κατά την έννοια του άρθρου 87 παράγραφος 1 της Συνθήκης, η Επιτροπή οφείλει να διατυπώσει την υπόθεση περί υπέρθεωρας κρατικών ενισχύσεων και, εξαιτίας αυτού, να προβεί στην ανάλυση των εν λόγω μέτρων με βάση τους οικείους κοινοτικούς κανόνες. Λαμβανομένων υπόψη των σκέψεων που αναπτύσσονται στο ανωτέρω σημείο 32, οι εν λόγω κανόνες είναι αυτοί που διέπουν τις κρατικές ενισχύσεις για τη διάσωση και αναδιάρθρωση προβληματικών επιχειρήσεων, από την έναρξη ισχύος της αποφάσεως αριθ. 66336/B.1398, και συγκεκριμένα, κατά σειρά:

- α) οι αρχές που διατυπώθηκαν στην Όγδοη έκθεση επί της πολιτικής ανταγωνισμού ⁽¹⁸⁾.
 - β) οι κοινοτικές κατευθυντήριες γραμμές για τις κρατικές ενισχύσεις στη διάσωση και αναδιάρθρωση προβληματικών επιχειρήσεων του 1994 ⁽¹⁹⁾, που επιβεβαιώθηκαν, όσον αφορά τους δύο εξεταζόμενους τομείς, από τις κοινοτικές κατευθυντήριες γραμμές για τις κρατικές ενισχύσεις στη διάσωση και αναδιάρθρωση προβληματικών επιχειρήσεων του 1997 ⁽²⁰⁾, και των οποίων η εφαρμογή παρατάθηκε με την ανακοίνωση της Επιτροπής του 1998 όσον αφορά την παράταση των κατευθυντήριων γραμμών σχετικά με τις ενισχύσεις για τη διάσωση και αναδιάρθρωση των προβληματικών επιχειρήσεων ⁽²¹⁾.
 - γ) τις κοινοτικές κατευθυντήριες γραμμές για τις κρατικές ενισχύσεις στη διάσωση και αναδιάρθρωση προβληματικών επιχειρήσεων του 1999 ⁽²²⁾.
 - δ) τις κοινοτικές κατευθυντήριες γραμμές για τις κρατικές ενισχύσεις στη διάσωση και αναδιάρθρωση προβληματικών επιχειρήσεων του 2004 ⁽²³⁾.
53. Στο στάδιο αυτό, και λαμβανομένων υπόψη των διαθέσιμων πληροφοριών, η Επιτροπή δεν είναι σε θέση να προσδιορίσει κατά πόσον η χορήγηση των ενισχύσεων με βάση τις εν λόγω αποφάσεις έγινε τηρουμένων των προαναφερομένων στο σημείο 51 κανόνων, οι οποίοι προβλέπουν ιδίως την κατάρτιση σχεδίων αναδιάρθρωσης.
54. Μέσα σε ένα τέτοιο πλαίσιο, και στο παρόν στάδιο, η Επιτροπή ασφαλώς αμφιβάλλει σχετικά με το συμβιβασμό των εν λόγω ενισχύσεων με την κοινή αγορά.

55. Οι αμφιβολίες αυτές ενισχύονται ακόμη από το γεγονός ότι μέχρι σήμερα, τίποτε δεν επιτρέπει στην Επιτροπή να διαπιστώσει ότι η παρεχόμενη από Δημόσιο εγγύηση για την πράξη ρύθμισης των οφειλών συνάδει με τους κανόνες σε θέματα κρατικών ενισχύσεων που χορηγούνται υπό τη μορφή εγγυήσεων, που ίσχυαν στη διάρκεια της εξεταζόμενης περιόδου ⁽²⁴⁾.

Συμπέρασμα

56. Λαμβανομένων υπόψη όλων των αμφιβολιών που διατυπώθηκαν στην ανωτέρω ανάλυση, η Επιτροπή αποφάσισε να κινήσει τη διαδικασία εξέτασης που προβλέπεται από το άρθρο 88 παράγραφος 2 της Συνθήκης.

Με βάση τις ανωτέρω εκτιμήσεις, η Επιτροπή καλεί την Ελλάδα, στο πλαίσιο της διαδικασίας του άρθρου 88, παράγραφος 2 της συνθήκης ΕΚ, να υποβάλει τις παρατηρήσεις της και κάθε χρήσιμη πληροφορία για την αξιολόγηση της ενίσχυσης μέσα σε προθεσμία ενός μηνός από την ημερομηνία παραλαβής της παρούσας επιστολής. Καλεί δε τις αρχές σας να διαβιβάσουν αμέσως αντιγραφο της επιστολής αυτής στο δικαιούχο της ενίσχυσης.

Η Επιτροπή υπενθυμίζει στην Ελλάδα ότι το άρθρο 88, παράγραφος 3, της συνθήκης ΕΚ έχει ανασταλτικό αποτέλεσμα και παραπέμπει στο άρθρο 14 του κανονισμού (ΕΚ) αριθ. 659/1999 του Συμβουλίου, σύμφωνα με το οποίο μπορεί να ζητηθεί η ανάκτηση κάθε παράνομης ενίσχυσης από το δικαιούχο.

Με την παρούσα επιστολή, η Επιτροπή προειδοποιεί την Ελλάδα ότι θα ενημερώσει τους ενδιαφερόμενους με δημοσίευση της παρούσας επιστολής και μιας περίληψής της στην *Επίσημη Εφημερίδα της Ευρωπαϊκής Ένωσης*. Θα ενημερώσει επίσης τους ενδιαφερόμενους στις χώρες της ΕΖΕΣ που έχουν υπογράψει τη συμφωνία για τον ΕΟΧ με δημοσίευση σχετικής ανακοίνωσης στο συμπλήρωμα ΕΟΧ της *Επίσημης Εφημερίδας της Ευρωπαϊκής Ένωσης*, καθώς και την εποπτεύουσα αρχή της ΕΖΕΣ με αποστολή αντιγράφου της παρούσας επιστολής. Όλοι οι ανωτέρω ενδιαφερόμενοι θα κληθούν να υποβάλουν τις παρατηρήσεις τους μέσα σε προθεσμία ενός μηνός από την ημερομηνία της σχετικής δημοσίευσης.»

⁽¹⁸⁾ Ειδικότερα στα σημεία 177, 227 και 228 της εν λόγω έκθεσης.

⁽¹⁹⁾ ΕΕ C 368 της 23.12.1994, σ. 12.

⁽²⁰⁾ Πρβλ. υποσημείωση 7.

⁽²¹⁾ Πρβλ. υποσημείωση 8.

⁽²²⁾ Πρβλ. υποσημείωση 9.

⁽²³⁾ Πρβλ. υποσημείωση 10.

⁽²⁴⁾ Πρβλ. υποσημείωση 15.

Comunicação do Governo Dinamarquês relativa a um convite à apresentação de pedidos de autorizações de pesquisa e produção de hidrocarbonetos numa área do Mar do Norte**Sexta ronda dinamarquesa**

(2005/C 176/06)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Ao abrigo do n.º 2, alínea a), do artigo 3.º da Directiva 94/22/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 1994, relativa às condições de concessão e de utilização das autorizações de prospecção, pesquisa e produção de hidrocarbonetos, comunica-se que, em conformidade com a alínea a) do n.º 1 da secção 12 do acto consolidado n.º 526, de 11 de Junho de 2002, relativo à utilização do subsolo dinamarquês, com a redacção que lhe foi dada pelo acto n.º 442, de 9 de Junho de 2004, podem ser apresentados pedidos de autorização para uma área do Mar do Norte situada na plataforma continental dinamarquesa a oeste do meridiano 6º 15' E (Centralgraven e áreas adjacentes) até às 12:00 de 1 de Novembro de 2005. Caso a presente comunicação seja publicada no *Jornal Oficial da União Europeia* a menos de noventa dias da data de 1 de Novembro de 2005, os pedidos podem ser apresentados até às 12:00 horas do nonagésimo dia seguinte à referida publicação.

Áreas

Podem ser apresentados pedidos de autorizações de pesquisa e produção de hidrocarbonetos em partes que não sejam objecto de autorizações no Centralgraven e áreas adjacentes, conforme ilustrado pelo mapa da agência dinamarquesa para a energia (*Energistyrelsen*) disponível no respectivo sítio Web (www.ens.dk). A norte, a oeste e a sul, esta área é limitada pelas fronteiras da plataforma continental com a Noruega, o Reino Unido e a Alemanha e a este pelo meridiano 6º 15' E.

Podem igualmente ser apresentados pedidos de autorizações de pesquisa e produção de hidrocarbonetos em camadas mais profundas destes campos, delimitadas, em termos de profundidade, da seguinte forma:

- a) campo Lulita, coberto pela autorização 7/86, profundidade de 3 750 metros;
- b) campo Lulita, coberto pela autorização 1/90, profundidade de 3 750 metros;
- c) campo Amalie coberto pela autorização 7/86, profundidade de 5 500 metros;
- d) campo Syd Arne, coberto pela autorização 7/89, profundidade de 5 100 metros no que se refere à sua parte ocidental e profundidade de 3 200 metros no que se refere à sua parte oriental.

Em geral, uma autorização cobre uma área correspondente a 1 ou 2 blocos, mas que pode ser maior em casos excepcionais, por exemplo, se a informação sísmica for escassa. Os eventuais pedidos relativos a uma área superior a 1 ou 2 blocos devem incluir a justificação relevante.

As decisões e os critérios a que se refere o n.º 1 do artigo 5.º da Directiva 94/22/CE constam do acto consolidado n.º 526, de 11 de Junho de 2002, relativo à utilização do subsolo dinamarquês, e foram publicados no *Statstidende* n.º 93, em 20 de Maio de 2005, na secção das comunicações várias.

Os pedidos de autorizações, bem como quaisquer pedidos de informação ao abrigo da Directiva 94/22/CE, devem ser enviados para o seguinte endereço:

Transport- og Energiministeriet
Energistyrelsen
Amaliegade 44
DK-1256 København K
Telefone: (45) 33 92 67 00
Telecopiadora: (45) 33 11 47 43
Endereço electrónico: ens@ens.dk
Sítio Web: www.ens.dk

Prevê-se que as decisões de concessão das autorizações sejam tomadas 3 a 5 meses após a data-limite para a apresentação dos pedidos.

Não oposição a uma concentração notificada
(Processo n.º COMP/M.3840 — CVC/Cortefiel)

(2005/C 176/07)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

A Comissão decidiu, em 30 de Junho de 2005, não se opor à concentração acima referida, declarando-a compatível com o mercado comum. Esta decisão tem por base o n.º 1, alínea b), do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 139/2004 do Conselho. O texto integral da decisão é acessível apenas em inglês e a mesma será tornada pública logo que sejam retirados eventuais segredos comerciais. Pode ser consultada:

- no sítio Web da DG Concorrência no servidor Europa (<http://europa.eu.int/comm/competition/mergers/cases/>). Este sítio Web inclui diversos mecanismos de pesquisa das decisões de concentrações, nomeadamente por empresa, número do processo, data e índices sectoriais.
 - em formato electrónico na base de dados EUR-Lex, procurando pelo número de documento 32005M3840. EUR-Lex é o sistema informatizado de documentação jurídica comunitária. (<http://europa.eu.int/eur-lex/lex>)
-

III

(Informações)

COMISSÃO

«Política dos consumidores»

(2005/C 176/08)

O convite à apresentação de candidaturas para o financiamento de organizações europeias de consumidores a título de 2006 foi publicado no site Internet da Comissão no endereço seguinte:

http://europa.eu.int/comm/consumers/tenders/information/grants/support_en.htm.

Bureau d'intervention et de restitution belge (BIRB), Bruxelles
Státní zemědělský intervenční fond, Praha
Direktoratet for FødevareErhverv, København
Bundesanstalt für Landwirtschaft und Ernährung (BLE), Bonn
Põllumajanduse Registrite ja Informatsiooni Amet (PRIA), Tartu
Οργανισμός πληρωμών και ελέγχου κοινοτικών ενισχύσεων προσανατολισμού και εγγυήσεων
(ΟΠΕΚΕΠΕ), Αθήνα
Fondo Español de Garantía Agraria (FEGA), Madrid
Fonds d'intervention et de régularisation du marché du sucre (FIRS), Paris
Irish Sugar Intervention Agency (ISIA), Dublin
Agenzia per le erogazioni in agricoltura (AGEA), Roma
Κυπριακός οργανισμός αγροτικών πληρωμών (ΚΟΑΠ), Nicosia
Lauku Atbalsta Dienests (LAD), Riga
Nacionalinė Mokėjimo Agentūra (NMA), Vilnius
Ministère de l'agriculture, Luxembourg
Mezőgazdasági és Vidékfejlesztési Hivatal (MVH), Budapest
Agenzija ta' Pagamenti (AP), Valletta
Hoofdproductschap Akkerbouw (HPA), Den Haag
Agrarmarkt Austria (AMA), Wien
Agencja Rynku Rolnego (ARR), Warszawa
Ministério das Finanças, Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo,
Direcção de Serviços de Licenciamento, Lisboa
Agencija Republike Slovenije za kmetijske trge in razvoj podeželja, Ljubljana
Pôdohospodárska Platobná Agentúra, Bratislava
Maa- ja metsätalousministeriö (MMM), Helsinki
Statens jordbruksverk (SJV), Jönköping
Rural Payments Agency (RPA), Newcastle-upon-Tyne

**Anúncio de concurso permanente para a determinação de direitos niveladores e/ou de restituições
à exportação de açúcar branco**

(n.º 1/2005)

(2005/C 176/09)

I. OBJECTO

1. É aberto um concurso permanente para a determinação de direitos niveladores de exportação e/ou de restituição à exportação de açúcar branco, do código NC 1701 99 10, para todos os destinos com excepção da Albânia, da Croácia, da Bósnia-Herzegovina, da Sérvia e Montenegro, incluindo o Kosovo, tal como definido pela Resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 10 de Junho de 1999, e da antiga República Jugoslava da Macedónia.
2. O concurso permanente rege-se pelo artigo 28.º do Regulamento (CE) n.º 1260/2001⁽¹⁾, e pelo Regulamento (CE) n.º 1138/2005⁽²⁾.

II. PRAZOS

1. O concurso permanente fica aberto até 27 de Julho de 2006. Proceder-se-á, durante esse período, a concursos parciais.
- 2.1. O prazo de apresentação das propostas, para o primeiro concurso parcial, começa em 22 de Julho de 2005 e termina na quinta-feira 28 de Julho de 2005 às 10h00, hora de Bruxelas.
- 2.2. Para cada concurso parcial seguinte, o prazo de apresentação das propostas começa no primeiro dia útil seguinte ao dia do termo do prazo para o concurso parcial precedente.

⁽¹⁾ JO L 178 de 30.6.2001, p. 1.

⁽²⁾ JO L 185 de 16.7.2005, p. 3.

2.3. Os prazos de apresentação das propostas terminarão às 10h00, hora de Bruxelas, de:

- 11 e 25 de Agosto de 2005,
- 8, 15, 22 e 29 de Setembro de 2005,
- 6, 13, 20 e 27 de Outubro de 2005,
- 10 e 24 de Novembro de 2005,
- 8 e 22 de Dezembro de 2005,
- 5 e 19 de Janeiro de 2006,
- 2 e 16 de Fevereiro de 2006,
- 2, 16 e 30 de Março de 2006,
- 6 e 20 de Abril de 2006,
- 4 e 18 de Maio de 2006,
- 1, 8, 15, 22 e 29 de Junho de 2006,
- 13 e 27 de Julho de 2006.

3. Sem prejuízo da sua alteração ou da sua substituição, o anúncio de concurso é válido para todos os concursos parciais efectuados durante o período do presente concurso permanente.

III. PROPOSTAS

1. Pelo presente anúncio são os interessados convidados a apresentar, para cada concurso parcial, propostas relativas ao direito nivelador de exportação e/ou à restituição à exportação do açúcar referido na secção I.

2.1. As propostas apresentadas por escrito devem ser recebidas até às datas e horas indicadas no ponto 2 da secção II, quer por entrega no organismo competente de um Estado-Membro, contra recibo, quer por carta registada ou telegrama, quer, ainda, por telex, fax ou correio electrónico, desde que o organismo competente aceite estas formas de comunicação, em qualquer dos seguintes endereços:

- Bureau d'intervention et de restitution belge
Rue de Trèves 82
B-1040 Bruxelles
Telefone (32-2) 287 24 11
Telecopiadora (32-2) 230 25 33, 280 03 07
- Státní zemědělský intervenční fond
Oddělení vývozních subvencí
Ve Smečkách 33
CZ-110 00 Praha 1
Telefone (420) 222 871 458
Telecopiadora (420) 222 871 714
- Direktoratet for FødevareErhverv
Nyropsgade 30
DK-1780 København V
Telefone (45) 33 95 80 00
Telecopiadora (45) 33 95 80 18
- Bundesanstalt für Landwirtschaft und Ernährung,

Referat 323
D-53168 Frankfurt am Main
Telefone (49-228) 6845-0
Telecopiadora (49-228) 6845-3624/3794

— Põllumajanduse Registre ja Informatsiooni Amet (PRIA)
Narva maantee 3
EE-51009 Tartu
Telefone (372) 7 31 200
Telecopiadora (372) 7 31 201
E-mail: pria@pria.ee

— Οργανισμός πληρωμών και ελέγχου κοινοτικών ενισχύσεων προσανατολισμού και εγγυήσεων,
ΕΛ-Αχαρνών 241, Αθήνα
Telex 221 734 — 221 735 — 221 738
Telecopiadora 867 11 11 Αθήνα

— Fondo Español de Garantía Agraria
Beneficencia, 8
E-28004 Madrid
Telefone (34) 913 47 64 66
Telecopiadora (34) 913 47 63 97, 491 521 98 32 et 915 22 43 87
E-mail: sgarmoni@fega.mapya.es

— Fonds d'intervention et de régularisation du marché du sucre,
120, boulevard de Courcelles,
F-75017 Paris
Telefone (33-1) 56 79 46 00
Telecopiadora (33-1) 56 79 46 60

— Irish Sugar Intervention Agency, Department of Agriculture and Food
Agriculture House
Kildare Street
Dublin 2
Ireland
Telefone (01) 607 20 00
Telecopiadora (01) 676 40 37

— Agenzia per le erogazioni in agricoltura
Direzione Organismo pagatore
Colture specializzate
Via Torino, 45
I-00184 Roma
Telex 06/620064
Telefone (39) 06 49 49 95 63 — (39) 06 49 49 95 76
Telecopiadora (39) 06 445 39 16

— Κυπριακός Οργανισμός Αγροτικών Πληρωμών,
Μιχαήλ Κουτσόφτα 20 (Εσπερίδων και Μιχαήλ Κουτσόφτα)
CY-2000 Nicosia
Telefone +357-22557777
Telecopiadora +357-22557755
E-mail: commissioner@capo.gov.cy

- Lauku Atbalsta Dienests
2, Republikas laukums
LV-1981, Riga
Telefone (371) 7027542
Telecopiadora (371) 7027120
E-mail: LAD@lad.gov.lv
 - Nacionalinė mokėjimo agentūra
Užsienio prekybos departamentas
Blindžių g.17
LT-08111 Vilnius
Telefone (370) 5 2526911, 2526903
Telecopiadora (370) 5 2526917
 - Office des licences
21, rue Philippe II,
Boîte postale 113
L-2011 Luxembourg
Telefone (352) 478 23 70
Telecopiadora (352) 46 61 38
Telex: 2 537 AGRIM LU
 - Mezőgazdasági és Vidékfejlesztési Hivatal
Alkotmány u. 29.
H-1054 Budapest
Telefone (36) 1 219 4514
Telecopiadora (36) 1 219 4511
 - Agenzija ta' Pagamenti — Trade Mechanisms Unit
Ministeru għall-Affarijiet Rurali u l-Ambjent
Barriera Wharf
Valletta CMR 02
Malta
Telefone: (356) 2295 2227/2225/2115
Telecopiadora: (356) 2295 2224
 - Hoofdproductschap Akkerbouw
Stadhoudersplantsoen 12
2517 JL Den Haag
Nederland
Telefone (070) 370 87 08
Telecopiadora (070) 346 14 00/370 84 44
E-mail: hpa@hpa.agro.nl
 - Agrarmarkt Austria
Dresdner Straße 70
A-1200 Wien
Telefone (43-1) 33 151 209
Telecopiadora (43-1) 33 151 303
 - Agencja Rynku Rolnego
Biuro Administrowania Obrotem Towarowym z
Zagranicą
Dział Cukru
Nowy Świat 6/12
PL-00-400 Warszawa
Telefone (48) 22 661 75 90
Telecopiadora (48) 22 661 71 58
 - Ministério das Finanças
Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo
Direcção de Serviços de Licenciamento
Edifício da Alfândega
Rua Terreiro do Trigo
P-1149-060 Lisboa
Telefone (351) 218 81 42 63
Telecopiadora (351) 218 81 42 61
 - Agencija Republike Slovenije za kmetijske trge in razvoj podeželja
Dunajska Cesta 160
SI-1000 Ljubljana
Telefone (386) 1478 9228
Telecopiadora (386) 1479 9206
 - Pôdohospodárska Platobná Agentúra
Dobrovicova 12
SK-815 26 Bratislava
Telefone (421) 2 592 66 397
Telecopiadora (421) 2 592 66 361
 - Maa- ja metsätalousministeriö (MMM)
Malminkatu 16, Helsinki
PL 30
FIN-00023 Valtioneuvosto
Telefone (358-9) 16001
Telecopiadora (358-9) 16 05 27 78
 - Statens jordbruksverk
Vallgatan 8
S-55182 Jönköping
Telefone (46-36) 15 50 00
Telecopiadora (46-36) 19 05 46
 - The Rural Payments Agency
Lancaster House
Hampshire Court
Newcastle-upon-Tyne NE4 7YE
United Kingdom
Telefone (44 191) 226 50 79
Telecopiadora (44 191) 226 18 39
3. As propostas que não sejam apresentadas por telex, telegrama, fax ou correio electrónico devem ser entregues no endereço em causa dentro de um sobrescrito que, por seu turno, será colocado dentro de um novo sobrescrito lacrado. O sobrescrito interior, igualmente lacrado, terá inscrita a indicação: «Proposta relativa ao concurso permanente para determinação de direitos niveladores de exportação e/ou de restituições à exportação de açúcar branco nº 1/2005-Confidencial».
4. Uma proposta só é válida se estiverem preenchidas as seguintes condições:
- a) A proposta indica:
 - i) A referência do concurso (nº 1/2005),
 - ii) O nome e endereço do proponente,
 - iii) A quantidade de açúcar branco a exportar,
 - iv) O montante do direito nivelador de exportação ou, se for caso disso, o da restituição à exportação, por 100 quilogramas de açúcar branco, expresso em EUR com três decimais,

- v) O montante da garantia a constituir, pelo menos para a quantidade de açúcar referida na subalínea iii), expresso na moeda do Estado-Membro em que a proposta for feita;
 - b) Antes do termo do prazo de apresentação das propostas, tiver sido recebida, num dos endereços referidos no ponto 2.1 da secção III, escolhido pelo proponente para apresentar a sua proposta, a garantia referida na secção IV ou uma prova da sua constituição;
 - c) A quantidade a exportar é de, pelo menos, 250 toneladas de açúcar branco;
 - d) A proposta inclui uma declaração do proponente pela qual este se compromete, se se tornar adjudicatário, a pedir, no prazo referido no ponto 6.1, alínea b), da secção V, o ou os certificados de exportação para as quantidades de açúcar branco a exportar;
 - e) A proposta inclui uma declaração do proponente que certifique que o produto previsto para a exportação se refere a açúcar branco de qualidade sã, íntegra e comercializável, do código NC 1701 99 10;
 - f) A proposta inclui uma declaração do proponente pela qual este se compromete, se se tornar adjudicatário, a:
 - i) completar a garantia pelo pagamento do montante referido no ponto 3 da secção VI, se a obrigação de exportar decorrente do certificado de exportação referido no ponto 6.1, alínea b), da secção V não tiver sido cumprida,
 - ii) informar o organismo que tiver emitido o certificado de exportação em causa, nos trinta dias seguintes ao do termo da eficácia do certificado, da ou das quantidades para as quais o certificado de exportação não tiver sido utilizado;
5. A proposta, bem como as provas e declarações referidas nos pontos 3 e 4 acima, serão redigidas na língua oficial ou numa das línguas oficiais do Estado-Membro em que a proposta for feita.
6. Não serão tidas em consideração as propostas que não sejam apresentadas em conformidade com as disposições do presente anúncio ou que contenham condições diferentes das previstas no mesmo anúncio.
7. As propostas apresentadas não podem ser retiradas.
8. Uma proposta pode indicar que só será considerada apresentada se estiver preenchida uma das condições seguintes ou as duas simultaneamente:
- a) Deve ser tomada uma decisão sobre o montante mínimo do direito nivelador de exportação ou, se for caso disso, sobre o montante máximo da restituição à

exportação no dia do termo do prazo de apresentação das propostas em causa;

- b) A adjudicação deve referir-se a toda ou a uma parte determinada da quantidade proposta.

IV. GARANTIA

- 1.1. Cada proponente deve constituir uma garantia de 11 euros por 100 quilogramas de açúcar a exportar a título do presente concurso.
- 1.2. Para os adjudicatários, a garantia referida no ponto 1.1 constitui, sem prejuízo do disposto no ponto 3 da secção VI, a garantia do certificado da exportação aquando da apresentação do pedido referido no ponto 6.1, alínea b), da secção V.
- 2.1. A garantia é constituída, à escolha do proponente, quer em numerário quer sob a forma de garantia dada por um estabelecimento bancário aprovado pelo Estado-Membro em causa e expressa na moeda do mesmo Estado-Membro. Essa garantia é constituída a favor do organismo competente em causa.
- 2.2. Todavia, para uma proposta apresentada ao organismo competente alemão, a garantia é constituída a favor da República Federal da Alemanha. Relativamente a uma proposta apresentada ao organismo competente dos outros Estados-Membros, a garantia pode igualmente ser dada por um estabelecimento de crédito aprovado pelo Estado-Membro em causa. Essa garantia será redigida na língua oficial ou numa das línguas oficiais do Estado-Membro em que a proposta for feita.
- 3.1. Salvo em caso de força maior, a garantia, referida no ponto 1.1, é liberada:
- a) No que diz respeito aos proponentes, para a quantidade em relação à qual não tiver sido dado seguimento à proposta;
 - b) No que diz respeito aos adjudicatários que não tiverem pedido o certificado de exportação em causa no prazo referido no ponto 6.1, alínea b), da secção V, na proporção de 10 EUR por 100 quilogramas de açúcar branco;
 - c) No que diz respeito aos adjudicatários, para a quantidade relativamente à qual tiverem cumprido, na acepção da alínea b) do artigo 31.º e do n.º 1, subalínea i) da alínea b), do artigo 32.º do Regulamento (CE) n.º 1291/2000 ⁽¹⁾, a obrigação de exportar decorrente do certificado referido no n.º 2 do artigo 12.º, nas condições do artigo 35.º do Regulamento (CE) n.º 1291/2000.

⁽¹⁾ JO L 152 de 24.6.2000, p. 1.

No caso referido no primeiro parágrafo, alínea b), a parte liberável da garantia é reduzida, se for caso disso, da:

- a) Diferença entre o montante máximo da restituição à exportação fixado para o concurso parcial em causa e o montante máximo da restituição à exportação fixado para o concurso parcial seguinte, se este último montante for mais elevado que o primeiro;
 - b) Diferença entre o montante mínimo do direito nivelador de exportação fixado para o concurso parcial em causa e o montante mínimo do direito nivelador de exportação fixado para o concurso parcial seguinte, se este último montante for menos elevado que o primeiro.
- 3.2. A parte da garantia ou a garantia que não for liberada fica perdida para a quantidade de açúcar em relação à qual as obrigações correspondentes não tiverem sido cumpridas.
4. Em caso de força maior, o organismo competente do Estado-Membro em causa adopta as medidas relativas à liberação da garantia que julgar necessárias em função das circunstâncias invocadas pelo interessado.

V. ADJUDICAÇÃO

1. Em relação a cada um dos concursos parciais, pode ser fixada uma quantidade máxima, após exame das propostas.
2. Pode ser decidido não dar seguimento a um determinado concurso parcial.
- 3.1. Excepto em caso de aplicação das disposições do ponto 2, e sem prejuízo do disposto nos pontos 4 e 5, sempre que seja fixado um montante mínimo do direito nivelador de exportação, é declarado adjudicatário o ou os proponentes cuja proposta se situe ao nível do montante mínimo do direito nivelador de exportação ou a um nível superior a este.
- 3.2. Excepto em caso de aplicação das disposições do ponto 2, e sem prejuízo do disposto nos pontos 4 e 5, sempre que seja fixado um montante máximo da restituição à exportação, é declarado adjudicatário o ou os proponentes cuja proposta se situe ao nível do montante máximo da restituição à exportação ou a um nível inferior, bem como qualquer proponente cuja proposta seja relativa a um direito nivelador de exportação.
4. Sempre que tiver sido fixada uma quantidade máxima para um concurso parcial e no caso de ser fixado um direito nivelador mínimo, é declarado adjudicatário o proponente cuja proposta indique o direito nivelador de exportação mais elevado. Se a quantidade máxima não for totalmente esgotada por essa proposta, a adjudicação será feita até ao esgotamento da referida quantidade, com base

na ordem de grandeza do montante do direito nivelador de exportação partindo do mais elevado.

Sempre que tiver sido fixada uma quantidade máxima para um concurso parcial e no caso de ser fixada uma restituição máxima, procede-se à adjudicação, em conformidade com primeiro parágrafo e, em caso de esgotamento ou de ausência de propostas que indiquem um direito nivelador de exportação, são declarados adjudicatários os proponentes cujas propostas indiquem uma restituição à exportação, com base na ordem de grandeza do montante da restituição partindo do menos elevado até ao esgotamento da quantidade máxima.

- 5.1. Se a regra de atribuição prevista no ponto 4 conduzir, devido à tomada em consideração de uma proposta, à supressão da quantidade máxima, o proponente em causa é declarado adjudicatário apenas em relação à quantidade que permita esgotar a quantidade máxima.
- 5.2. As propostas que indiquem o mesmo direito nivelador de exportação ou a mesma restituição e que conduzam, em caso de aceitação da totalidade das quantidades que representem, à superação da quantidade máxima, são tomadas em consideração:

- a) quer proporcionalmente à quantidade total referida em cada uma das propostas,
- b) quer, por adjudicatário, até se atingir uma tonelagem máxima a determinar,
- c) quer por sorteio.

6.1. O adjudicatário tem:

- a) O direito à emissão, nas condições referidas na alínea b), e para a quantidade atribuída, de um certificado de exportação que mencione, conforme o caso, o direito nivelador à exportação ou a restituição referidos na proposta;
- b) A obrigação de apresentar, um pedido de certificado de exportação para essa quantidade, o mais tardar numa das seguintes datas:
 - a) no último dia útil anterior ao do concurso parcial previsto para a semana seguinte,
 - b) no último dia útil da semana seguinte, se não estiver previsto nenhum concurso parcial no decurso da referida semana;
- c) A obrigação de exportar a quantidade constante da proposta e de pagar, se essa obrigação não for cumprida, na acepção da alínea b) do artigo 31.º e do n.º 1, subalínea i) da alínea b), do artigo 32º do Regulamento (CE) n.º 1291/2000, se for caso disso, o montante referido no ponto 3 da secção VI.

6.2. Este direito e estas obrigações não são transmissíveis.

7.1. O organismo competente do Estado-Membro em questão informa imediatamente todos os proponentes do resultado da sua participação no concurso. Além disso, esse organismo envia aos adjudicatários uma declaração de adjudicação.

7.2. A declaração de adjudicação indica, pelo menos:

- a) A referência do concurso (n.º 1/2005);
- b) A quantidade de açúcar branco a exportar;
- c) O montante, expresso em EUR, do direito nivelador de exportação a cobrar ou, se for caso disso, a restituição à exportação a conceder por 100 quilogramas de açúcar branco para a quantidade referida na alínea b).

VI. CERTIFICADOS DE EXPORTAÇÃO

1. As disposições do primeiro parágrafo do artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 1464/95 ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 995/2002 ⁽²⁾, e as do artigo 12.º do Regulamento (CEE) n.º 120/89 ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2194/96 ⁽⁴⁾, não são aplicáveis ao açúcar branco a exportar em conformidade com o presente anúncio.

2.1. Os certificados de exportação emitidos ao abrigo de um concurso parcial são válidos a partir do dia da sua emissão até ao termo do quinto mês seguinte ao mês durante o qual esse concurso parcial tiver decorrido.

2.2. Todavia, os certificados de exportação emitidos a título dos concursos parciais efectuados a partir de 1 de Maio de 2006 apenas são válidos até 30 de Setembro de 2006.

As autoridades competentes do Estado-Membro que tiver emitido o certificado de exportação podem, a pedido escrito do titular deste, prorrogar a sua eficácia, o mais tardar até 15 de Outubro de 2006, sempre que surgirem dificuldades técnicas que não permitam a realização de exportação até à data-limite de eficácia referida no primeiro parágrafo, e desde que tal operação não esteja sujeita ao regime previsto nos artigos 4.º ou 5.º do Regulamento (CEE) n.º 565/800 do Conselho ⁽⁵⁾.

2.3. Os certificados de exportação emitidos ao abrigo dos concursos parciais efectuados entre 28 de Julho de 2005 e 30 de Setembro de 2005 só são utilizáveis a partir de 1 de Outubro de 2004.

3. Salvo em caso de força maior, sempre que a obrigação de exportação decorrente do certificado de exportação pedido não tenha sido cumprida, na acepção da alínea b) do artigo 31.º do n.º 1, subalínea i) da alínea b), do artigo 32.º do Regulamento (CE) n.º 1291/2000, e a garantia

referida no ponto 1.1. da secção IV seja inferior ao resultado de um dos seguintes cálculos:

- a) Direito nivelador de exportação indicado no certificado diminuído do direito nivelador referido no n.º 1, segundo parágrafo, do artigo 33.º do Regulamento (CE) n.º 1260/2001, em vigor no último dia de eficácia do referido certificado;
- b) Soma do direito nivelador de exportação indicado no certificado com a restituição referida no n.º 2 do artigo 28.º do Regulamento (CE) n.º 1260/2001, em vigor no último dia de eficácia do referido certificado;
- c) Restituição à exportação referida no n.º 2 do artigo 28.º do Regulamento (CE) n.º 1260/2001 em vigor no último dia de eficácia do certificado diminuída da restituição indicada no referido certificado.

O montante a pagar mencionado no primeiro parágrafo é igual à diferença entre o resultado do cálculo referido, conforme o caso, na alínea a), b) ou c) e a garantia referida no ponto 1.1 da secção IV.

4. Relativamente ao presente concurso permanente não pode ser invocada a possibilidade de revogação prevista no n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1291/2000.

VII. LITÍGIOS

Qualquer diferendo que possa surgir entre o adjudicatário e o organismo competente ao qual a proposta tenha sido apresentada:

1) É da exclusiva competência:

- se se tratar do BIRB, dos tribunais de Bruxelas, sem outro recurso,
- se se tratar do SZIF, dos tribunais de Praga,
- se se tratar do «Direktoratet for Fødevare Erhverv», dos tribunais de Copenhaga,
- se se tratar do BLE, dos tribunais de Bonn,
- se se tratar do PRIA, do tribunal administrativo de Tartu (Tartu halduskohus),
- se se tratar do ΟΠΕΚΕΠΕ, dos tribunais de Atenas,
- se se tratar do FEGA, dos tribunais de Madrid,
- se se tratar do FIRS, do tribunal de primeira instância de Paris em todos os casos, mesmo no caso de acção para execução da garantia ou da pluralidade de requeridos,
- se se tratar do AGEA, dos tribunais de Roma,
- se se tratar do KOAÐ, dos tribunais de Chipre,
- se se tratar do LAD, dos tribunais de Riga,

⁽¹⁾ JO L 144 de 28.06.1995, p. 14.

⁽²⁾ JO L 152 de 12.6.2002, p. 11.

⁽³⁾ JO L 16 de 20.01.1989, p. 19.

⁽⁴⁾ JO L 293 de 16.11.1996, p. 3.

⁽⁵⁾ JO L 62 de 07.03.1980, p. 5.

- se se tratar do «Užsienio Prekybos Departamentas», dos tribunais de Vilnius,
 - se se tratar do «Office des Licenses», do tribunal administrativo de Luxemburgo,
 - se se tratar do MVH, dos tribunais de Budapeste,
 - se se tratar da AP, o gabinete interno de resolução de litígios,
 - se se tratar do HPA, do «College van Beroep voor het bedrijfsleven», Juliana van Stolberglaan 2, Haia,
 - se se tratar do AMA, dos tribunais de Viena,
 - se se tratar do ARR, do Wojewódzki S⁽¹⁾d Administracyjny de Varsóvia,
 - se se tratar do Ministério das Finanças, do tribunal da comarca de Lisboa,
 - se se tratar da «Agencija Republike Slovenije za kmetijske trge in razvoj podeželja», dos tribunais de Ljubljana,
 - se se tratar do PPA, do Ministério da Agricultura da República Eslovaca, Secção de Agricultura e Comércio,
 - se se tratar do «Maa- ja metsätalousministeriö interventioyksikkö», do tribunal de «Helsingin hallinto-oikeus» ;
- 2) É resolvido:
- se se tratar do ISIA, pela legislação irlandesa,
 - se se tratar do IB-EA, pela legislação inglesa,
 - se se tratar do SJV, pela legislação sueca.

⁽¹⁾ JO L 178 de 30.6.2001, p. 1.